

Resenha Parlamentar

Resumo das atividades do Congresso Nacional, no período de 20 de julho a 7 de agosto, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

PLANO DO CARVÃO NACIONAL

No Congresso Nacional

Concluído o exame do voto oposto pelo Presidente da República a dispositivos do projeto de lei que dispõe sobre o Plano do Carvão Nacional. Os dispositivos do projeto vetado não foram mantidos e o voto foi aprovado. Falaram no encaminhamento da votação os congressistas Plácido Olímpio, Waldemar Rupp, Jorge de Lacerda, Sáu-lo Ramos, Joaquim Ramos, Maurício Joppert, Lima Figueiredo, Francisco Gallotti e Gustavo Capanema (*Diário do Congresso* 21-7; págs. 6.741-47).

ABASTECIMENTO

Na Câmara dos Deputados

Aprovado com emendas o projeto que autoriza o Poder Executivo a importar e permitir a importação, com isenção de direitos de importação e taxas, virtualhas e artigos de consumo popular durante os anos de 1952 e 1953, para cessão ao povo a preço de custo (D.C. 25-7; página 7.042).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a audiência da Comissão do Vale do São Francisco para o projeto que cria duas estações experimentais no Vale do São Francisco, subordinadas ao Instituto Agronômico do Norte (D.C. 21-7; pág. 6.766).

Em discussão única, foi concluída a votação das emendas do Senado ao projeto que autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades públicas aos que instalarem fábricas de cimento no país (D.C. 21-7; pág. 6.771). Publicada a redação final (D.C. 26-7; pág. 7.034).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que cria hortos florestais nos municípios de Siriri e Muribeca, Sergipe (D.C. 21-7; pág. 6.772).

Em virtude de emenda, volta à Comissão de Economia o projeto que dispõe sobre a exportação de pedras preciosas e semipreciosas (D.C. 21-7; pág. 6.774).

Com pareceres contrários, foi a imprimir o projeto que determina o controle de importação de fibras estrangeiras para a indústria de sacarias com o fim de proteger a produção de fibras nacionais (D.C. 25-7; pág. 7.028).

Também, com pareceres contrários, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre o financiamento, pelo Banco do Brasil S. A., da produção de sementes de oiticica no montante de Cr\$ 200.000.000,00 (D.C. 25-7; página número 7.030).

Encerrada a primeira discussão do projeto que concede moratória às dívidas das pessoas físicas e jurídicas localizadas no Polígono das Sêcas. Volta às comissões em virtude de emendas (D.C. 25-7; pág. 7.038).

Aprovada a constituição de comissão especial para dar parecer sobre o projeto que dispõe sobre normas para classificação e padronização dos produtos alimentares e das matérias-primas de origem vegetal ou animal e seus produtos e resíduos de valor econômico (D.C. 25-7; página 7.038).

Rejeitado o projeto que cria em Maceió, AL., um entreposto frigorífico destinado à conservação de peixe (D.C. 25-7; pág. 7.040).

APOSENTADORIA DOS MAGISTRADOS

No Senado Federal

Vai à Câmara dos Deputados o projeto de lei do Senado que concede aposentadoria aos magistrados com os vencimentos correspondentes aos das classes imediatamente superior, se contarem 60 anos de idade (D.C. 24-7; página 6.973).

AUTONOMIA

No Senado Federal

Foi a imprimir com o parecer da Comissão Técnica o projeto de lei da Câmara que exclui da classificação constante do art. 1º da Lei n.º 121, de 22-10-1947, os Municípios de Guarulhos, Estado de São Paulo, Flórida. (Congresso 23-7; pág. 6.917). *

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Vão a imprimir com os pareceres das Comissões os seguintes projetos: concede auxílio para a Exposição Nacional de Milho, Suínos e Gado Leiteiro, a realizar em Santa Rosa, RS.; idem, para as despesas do V Congresso Nacional de Jornalistas que será realizado de 8 a 12 de setembro, em Curitiba; e idem, para atender às despesas decorrentes da IV Jornada Brasileira de Radiologia, a ser realizada em Curitiba (D.C. 21-7; págs. 6.756-57).

Aprovados os seguintes projetos: concede auxílio para início de construção da sede do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; e idem, para ocorrer às despesas com a reparação e restauração do Teatro da Paz e do Teatro Amazonas, em Belém e Manaus (D.C. 21-7; páginas números 6.770-6.772).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado a cobrir o "deficit" orçamentário da Fundação Abrigo Cristo Redentor (D.C. 22-7; pág. 6.797). Aprovado em primeira discussão (D.C. 25-7; página número 7.045).

Tendo parecer contrário foi a imprimir o projeto que concede auxílio para as comemorações do III Centenário da Fundação da cidade de Sorocaba, SP. (D.C. 22-7; pág. 6.812).

Também, com parecer pelo arquivamento, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para socorrer as populações dos municípios do Estado do Pará, atingidos pelas inundações do Rio Amazonas (D.C. 22-7; pág. 6.815).

O Deputado Epílogo de Campos apresentou projeto de lei que concede auxílio financeiro ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, para realização do II Congresso Brasileiro de História da Medicina (D.C. 22-7; pág. 6.818).

O Deputado Adroaldo Costa apresentou projeto que concede auxílio especial para conserto da Igreja Matriz e comemorações da Fundação desta e do município de Trunfo, RS. (D.C. 23-7; pág. 6.873).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que concede auxílio destinado ao II Congresso Nacional de Anatomia (D.C. 23-7; pág. 6.894).

Foi encerrada a primeira discussão dos projetos que concedem auxílios: para a Exposição do Milho, Suínos e Gado Leiteiro; para a IV Jornada Brasileira da Radiologia; para o V Congresso Nacional de Jornalistas; e para o Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil (*Diário do Congresso* 23-7; págs. 6.902 e 6.904). Aprovados na sessão de 23 de julho (D.C. 24-7; págs. 6.956-58).

Foi a imprimir a redação final dos projetos que concedem auxílios financeiros: para atender às despesas com a realização da III Festa Nacional do Trigo e idem, com a realização do V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares (D.C. 24-7; pág. 6.941). Aprovada a redação final (D.C. 25-7; pág. 7.017).

Aprovado, em segunda discussão, o projeto que concede auxílio financeiro ao V Congresso Nacional de Jornalistas (D.C. 25-7; pág. 7.039). Idem, para a instalação da Casa Euclidiania, em São José do Rio Pardo, SP. (Pág. 7.046).

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim (D.C. 23-7; página 6.920).

E' aprovada a redação final do projeto de decreto legislativo que mantém a decisão por que o Tribunal de Contas autorizou o registro, sobre reserva da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 1.383.520,00, decorrente de auxílio a várias companhias teatrais (D.C. 23-7; página 6.920).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 180.000.000,00, para regularização dos auxílios prestados, no exercício de 1952, à Estrada de Ferro Leopoldina (D.C. 24-7; pág. 6.973).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 para completar o pagamento da subvenção anual ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (D.C. 25-7; pág. 7.054).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Da Comissão de Tomada de Contas, foi a imprimir o projeto que aprova contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do M.A. (D.C. 21-7; pág. 6.761). Aprovado em primeira discussão (D.C. 25-7; página número 7.044).

Aprovados, na sessão noturna de 20 de junho, os seguintes projetos: aprova o contrato celebrado entre a Junta de Conciliação e Julgamento e Carlos Potier Monteiro, para locação de apartamento em Petrópolis, idem, entre a Comissão de Construção do CNEPA e a firma Mesbla S. A., para fornecimento de máquinas; idem, entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo, para execução e pagamento de obras de irrigação em sua propriedade; idem, entre o D.C.T. e a firma Byington & Cia., para fornecimento de conjuntos de amplificadores de som; idem, entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União e José Borges, para locação de imóvel, em Niterói; e mantém a decisão do T.C. que recusou registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre o M. G. e Caetano Nappi, para exercer a função de Aerofotógrafo (D.C. 21-7; pág. 6.773). Publicadas as redações finais (D.C. 25-7; págs. 7.008-09).

Foram a imprimir os seguintes projetos da Comissão de Tomada de Contas: aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Sociedade Tokno Limitada, para construção de uma ponte para pedestres; idem, entre o

Governo do Território do Guaporé e Alberto Josuá, para exercer a função de Técnico-administrador; idem, entre o M.E.S. e "The Institute of Inter-American Affairs", para a realização de um programa de cooperação educacional; idem, entre o Governo do Território do Guaporé e Gaudêncio Araújo para exercer a função de Mecânico de Viaturas; idem, entre a V.F.F. Leste Brasileiro e a Mineração Bahiana Limitada, para fornecimento de 14 locomotivas usadas e 50 vagões apropriados para o transporte de minérios; e mantém o ato do T.C. que negou registro ao contrato entre o Governo da União e o Estado da Bahia, para a execução dos trabalhos de instalação e desenvolvimento de um núcleo colonial Agro-industrial (D.C. 23-7; págs. 6.895 a 6.900).

Publicada a redação final dos seguintes projetos: mantém a decisão do T.C. denegatória do registro do contrato celebrado entre a Seção do Fomento Agrícola, em Cuiabá e Macelo Miraglia; idem, entre a mesma Seção e José Bernardo Júnior; aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Bawag Sociedade Anônima de Comércio Internacional; e idem, entre a D.R. dos Correios e Telégrafos de Pernambuco e a firma J. Ferreira Marques (D.C. 25-7; pág. 7.008).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que mantém decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Otto Borger; b) que aprova o termo aditivo de contratos celebrados entre o D.C.T. e a firma Ericsson do Brasil, Comércio e Indústria S. A.; e c) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Standard Eletric Sociedade Anônima (D.C. 22-7; página número 6.841).

Foram aprovados os seguintes projetos de decretos legislativos:

a) que autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Anaré J. Mayer;

b) que mantém o ato do Tribunal de Contas de registro, sob reserva, de Cr\$ 124.280,00, à firma Asca;

c) que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Paulo Joaquim Coutinho;

d) que aprova a renovação de contrato entre o Governo do Território do Guaporé e Alzira Botelho de Amorim Gorayeb;

e) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Cia. Fábio Bastos, Comércio e Indústria; e

f) que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Comércio e Indústria Barbosa e Marques S. A. (D.C. 23-7; págs. 6.921 e 6.922).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Rio Mar Limitada (D.C. 24-7; pág. 6.971).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos:

a) que aprova o contrato — escritura entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a firma Maveroy Sociedade Indústrias Frigoríficas Limitada;

b) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Standard Eletric S. A.;

c) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Mi-

nistério da Agricultura e a firma Geraldo Duarte Passos;

d) que aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e John P. Weber; e

e) que aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo aditivo do contrato celebrado entre o M.E.S. e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (D.C. 25-7; pág. 7.054).

DESAPROPRIAÇÕES

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que revigora o crédito especial de que trata o artigo 3º da lei n.º 586, de 23-12-48 (D.C. 24-7; pág. 6.970).

DIPLOMACIA

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a discussão de projeto que dispõe sobre a isenção do visto consular para os turistas cidadãos de países americanos (D.C. 21-7; pág. 6.764). Aprovado em segunda discussão (D.C. 25-7; pág. 7.045).

No Senado Federal

Adiada a votação do projeto de decreto legislativo que aprova a Convenção Internacional que modificou a Convenção do Metro, firmada em Paris (D.C. 22-7; página 6.848).

Foi aprovada a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova a Convenção Internacional que modificou a Convenção do Metro, firmada em Paris (*Diário do Congresso* 23-7; pág. 6.921).

Foi feita, em sessão secreta, a discussão única do parecer da Comissão de Inquérito eleita para apurar as causas de que resultou o afastamento do chefe da missão diplomática do Brasil junto ao Governo do Irã (*Diário do Congresso* 24-7; pág. 6.973).

DIREITO DE GREVE

Na Câmara dos Deputados

Publicado um expediente de defesa, por parte do deputado Carvalho Neto, do substitutivo que apresentou à Comissão Especial designada para rever projeto que dispõe sobre os dissídios coletivos e o direito de greve (D.C. 22-7; pág. 6.889).

DOAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir a redação final do projeto que autoriza a União a doar à Federação das Indústrias de Goiás o lote de terras no setor central de Goiânia (D.C. 24-7; pág. 6.941). Aprovada a redação final (D.C. 25-7; página 7.017).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Com parecer pela inconstitucionalidade, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre a concessão de gratuidade nos estabelecimentos de ensino de grau médio (*Diário do Congresso* 25-7 pág. 7.031).

No Senado Federal

Foi a imprimir, com parecer das Comissões Técnicas o projeto de lei do Senado que institui a cadeira de Vinicultura, na escola de Agronomia e Veterinária do R.G.S. (D.C. 22-7; pág. 6.844).

Encerrada a discussão e adiada votação do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MES, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para a aquisição da biblioteca musical pertencente a Abraão de Carvalho, localizada no D.F. (D.C. 22-7; pág. 6.848).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo M.E.S., o crédito especial até a importância de Cr\$ 2.000.000,00 para a aquisição da biblioteca musical (D.C. 23-7; página número 6.920).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres das comissões, foi a imprimir o projeto que estende aos técnicos desportivos diplomados pela Escola de Educação Física e Desportos, da Universidade do Brasil, até a vigência do Decreto-lei n.º 8.270, de 3 de dezembro de 1945, as regalias de licenciados em educação física, na parte referente ao exercício profissional (D.C. 25-7; pág. 6.993).

O deputado Adahil Barreto apresentou projeto de lei que facilita aos agrônomos e veterinários que se estabelecerem em zona rural, assistência econômica por meio de empréstimo a longo prazo (D.C. 25-7; pág. 7.012).

Rejeitado o projeto que regulamenta as profissões de mecânico e de aprendiz de mecânico de veículos terrestres a motor (D.C. 25-7; pág. 7.042).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que autoriza abertura de crédito especial para custear despesas com a participação do Brasil na 3.ª Semana Internacional de Esportes Universitários (D.C. 21-7; pág. 6.556). Aprovada a redação final (D.C. 22-7; pág. 6.824).

Aprovados os seguintes projetos: em primeira discussão, o que permite para cálculo do imposto complementar de renda, dedução do quantitativo do aluguel de casa; em segunda discussão, o que autoriza abertura do crédito especial para pagamento de despesas efetuadas pela Delegação Representativa do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, realizada em Genebra em 1953; idem, idem destinado ao pagamento da parte da contribuição do Governo Federal para o capital da Caixa de Crédito da Pesca, referente ao ano de 1951; idem, idem para atender a despesas de pessoal e material da Estrada de Ferro Leopoldina, durante o exercício de 1953 (*Diário do Congresso* 21-7; págs. 6.770, 6.772 e 6.773). Publicada a redação final dos três últimos projetos (*Diário do Congresso* 25-7; pág. 7.008). O primeiro projeto foi aprovado em segunda discussão (D.C. 25-7; pág. 7.045).

Foi a imprimir, com parecer favorável, o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar para atender, no corrente exercício, ao pagamento de salário-família (*Diário do Congresso* 22-7; pág. 6.809).

Tendo parecer pelo arquivamento, foi a imprimir o projeto que altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Educação e Saúde (D.C. 22-7; pág. 6.811).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que autoriza a abertura de crédito suplementar em reforço da verba 1-III-19 item 16 do Anexo 21 do

Orçamento Geral da República para 1952 (D.C. 23-7; pág. 6.894).

Publicada a redação final do projeto de resolução que autoriza a Mesa da Câmara dos Deputados a realizar pelo saldo da verba de subsídios, pagamento das despesas relacionadas no balancete relativo ao mês de abril de 1953 (D.C. 24-7; pág. 6.941). Aprovada a redação final (D.C. 25-7; pág. 7.017).

Foi a imprimir a redação para segunda discussão do projeto que autoriza a abrir crédito especial para atender aos gastos decorrentes da realização no Brasil do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina (D.C. 25-7; pág. 7.033). Idem do que se destina às despesas com a visita ao Brasil do Presidente da República do Peru e do Ministro das Relações Exteriores do Equador (pág. 7.034).

Aprovados os requerimentos que solicitam a designação de comissões especiais para relatar projetos de lei que dispõem sobre a legislação do imposto de renda e do imposto do sôlo (D.C. 25-7; pág. 7.039).

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.R.E., o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses, seus pertences e alimentação do gado por êles trazidos. (*Diário do Congresso* 23-7; pág. 6.920).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo M.R.E., o crédito especial de Cr\$ 161.106,20, para atender ao pagamento de contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais (D.C. 24-7; pág. 6.973).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara no qual o Presidente da República submete à consideração do Congresso a abertura de crédito suplementar de Cr\$ 28.000,00 feito pelo M.V.O.P. para atender à despesa com o fornecimento de luz e força, indispensáveis aos serviços da Estrada de Ferro do Piauí (D.C. 25-7; pág. 7.058).

IMPÔSTO DE RENDA

Na Câmara dos Deputados

Publicado para estudo o relatório do deputado Lauro Lopes ao projeto que altera a legislação do imposto de renda (D.C. 22-7; pág. 6.791).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Com parecer contrário, foi a imprimir o projeto que televa a prescrição de direito de Roberto Frey, a fim de que possa pleitear em juízo uma indenização pelos danos sofridos nos movimentos armados de 1921 e 1923 no Rio Grande do Sul (D.C. 22-7; pág. 6.810).

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza abertura de crédito especial para resarcimento de despesas feitas pelos membros da Comissão Especial incumbida de examinar o programa de aumento geral de salários e tarifas das empresas do Grupo Light (*Diário do Congresso* 25-7; pág. 7.044).

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 333.544,30, para pagamento de inde-

nização a Adriano Rodrigues Pinto, ex-maquinista de 1.^a classe da Estrada de Ferro Rio Douro (D.C. 24-7; página 6.973).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Agripino apresentou projeto que isenta dos direitos de importação e taxas aduaneiras um automóvel destinado a Diocese de Campina Grande, Paraíba (D.C. 25-7; pág. 7.012).

Aprovados em primeira discussão os seguintes projetos: concede isenção de direitos de importação para materiais importados pela Indústrias de Azulejos Sociedade Anônima (IASA); e idem, para 10.000 toneladas de fosfato monosódico ou anidrido fosfórico no interesse do desenvolvimento industrial do país (D.C. 25-7; página 7.042).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para embarcações destinadas a dragagem e aos Serviços dos Portos (D.C. 22-7; pág. 6.840).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Rejeitado o projeto de lei que permite o trabalho de menores, a partir de doze anos, em fábricas e oficinas (D.C. 21-7; pág. 6.769).

LICENÇA PRÉVIA

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres às emendas de primeira discussão, foi a imprimir o projeto de lei que prorroga, pelo prazo de 6 meses, a vigência da Lei n.^o 842, de 4 de outubro de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior (D.C. 21-7; pág. 6.774). Iniciada a votação em primeira discussão na sessão de 21 de julho (D.C. 22-7; página 6.825). Em votação na sessão de 22 de julho, é aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças. Aprovada também uma emenda da Comissão de Finanças (*Diário do Congresso* 23-7; pág. 6.883). Prosseguiu a votação na sessão noturna de 22 de julho (D.C. 23-7; página 6.908). Concluída a votação na sessão de 23 de julho (D.C. 24-7; pág. 6.955).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o anexo n.^o 2, Congresso Nacional, do Orçamento Geral da República para o exercício financeiro de 1954 (D.C. 21-7; pág. 6.757).

Entra em discussão o Anexo 3 — Tribunal de Contas, que é encerrada sem debates. Concluída a votação. Volta à Comissão para redação final parcial (D.C. 22-7; pág. 6.824). Publicada a redação final (D.C. 25-7; página 7.009).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o Anexo 23 — Ministério das Relações Exteriores (D.C. 23-7; pág. 6.868). Aprovado sem emendas (*Diário do Congresso* 25-7; pág. 7.018).

Iniciada a discussão do Anexo n.^o 2 — Congresso Nacional, que é encerrada sem debates. Aprovado o An-

xo e parte das emendas. Vai à Comissão para redação final parcial (D.C. 23-7; pág. 6.882).

Foi a imprimir o parecer contrário da Comissão de Finanças a algumas emendas apresentadas ao projeto de orçamento para 1954 (D.C. 24-7; pág. 6.947).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Rejeitado o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Coletoria Federal no Município de Pôrto de Pedras, Alagoas (D.C. 21-7; pág. 6.770).

Com parecer pela constitucionalidade, foi a imprimir o projeto de lei que cria o Conselho de Reclamações e Defesa do Patrimônio, com sede na Capital da República (D.C. 22-7; pág. 6.807).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

O deputado Breno da Silveira apresentou projeto que estende aos inativos do Departamento de Imprensa Nacional os benefícios da Lei n.º 1.455, de 10-10-51, que reestrutura carreiras privativas do mesmo Departamento do M.J.N.I. (D.C. 21-7; pág. 6.760).

Aprovada a audiência da Comissão de Saúde Pública para o projeto que dispõe sobre o abono de faltas aos funcionários públicos, autárquicos e previdenciários do sexo feminino (D.C. 21-7; pág. 6.766).

Na sessão noturna de 20 de julho foram aprovados os seguintes projetos: autoriza funcionalidade da Secretaria da Câmara dos Deputados a aceitar bolsa de estudos oferecida por instituição pública norte-americana; estende aos aposentados da Secretaria da Câmara dos Deputados o abono de emergência concedido aos servidores civis da União; autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores dos Territórios Federais; idem, para pagamento de gratificação devida a Francisco Vitorino de Luna, médico padrão M; por serviços prestados com risco da vida ou da saúde (D.C. 21-7; págs. 6.769, 6.772 e 6.773). Publicada a redação final do segundo projeto (*Diário do Congresso* 23-7; pág. 6.902). Idem, quanto ao primeiro (D.C. 24-7; pág. 6.941). Aprovada a redação final do primeiro (D.C. 25-7; pág. 7.017). Aprovada a redação final do segundo projeto (D.C. 24-7; pág. 6.955).

Na mesma sessão foram rejeitados os seguintes projetos: concede abono de Natal aos funcionários públicos civis aposentados da União; e garante aos funcionários policiais, em todo o Território Nacional, estatutos próprios e outras vantagens (D.C. 21-7; pág. 6.769).

Aprovado em segunda discussão o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificações ao pessoal das Agências Postais-Telegráficas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (D.C. 21-7; pág. 6.772). Publicada a redação final (D.C. 25-7; página 7.008).

Foram apresentados os seguintes projetos: pelo deputado Tarso Dutra, que estende às entidades autárquicas as disposições da Lei n.º 1.741, de 1952, que assegura ao ocupante de cargo de caráter permanente e de provimento em comissão, o direito de continuar a perceber o vencimento do mesmo cargo; pelo deputado André Araújo, que assegura vitaliciedade e continuidade no pagamento de abono aos servidores dos Postos Agropecuários do Ministério da Agricultura, de acordo com a Lei número 1.765, de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios; pelo deputado Mendonça Braga, que assegura aos servidores de empresas concessionárias de serviços públicos, que tenham sido incorporados às fôrças que participaram de guerra ou tenham servido na zona de guerra

definida e delimitada pelo Decreto n.º 10.490-A, de 1942, o direito de aposentadoria aos 30 anos de serviço (*Diário do Congresso* 23-7; págs. 6.873-74).

Com pareceres das comissões, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre a execução dos serviços a cargo das Superintendências das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (D.C. 24-7; pág. 6.943).

Da Comissão de Finanças foram a imprimir os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas de gratificação de representação dos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento da Primeira Região correspondente ao exercício de 1952; e idem para pagamento de vencimentos a suplentes de Juízes Presidentes de Junta e suplentes de Juízes classistas, correspondente ao exercício de 1952. (D.C. 25-7; pág. 6.996).

Publicadas as seguintes redações finais: autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de gratificação adicional aos servidores dos Territórios; idem, para pagamento de gratificação ao médico Francisco Vitorino de Luna (D.C. 25-7; pág. 7.008).

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto que manda aplicar no cômputo do tempo de serviço dos funcionários aposentados antes de 18 de setembro de 1946 o disposto no artigo 192 da Constituição (*Diário do Congresso* 25-7; pág. 7.027). Idem com relação ao que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço do pessoal de obras e outros (pág. 7.029).

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de abono de emergência ao pessoal dos serviços executados em regime de "acordos" (D.C. 25-7; pág. 7.044).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — os créditos suplementar e especial, respectivamente, de Cr\$ 261.000,00 e Cr\$.. 1.250.250,00, para atender às despesas de abono de emergência e salário família (D.C. 22-7; pág. 6.840).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Serviço Público Civil o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais (D.C. 22-7; pág. 6.841).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara:

- que altera o Quadro de Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho;
- que altera o Quadro de Pessoal das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco;
- que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 3.615.850,00, para pagamento de salário família a servidores da Ribeira de Viação Cearense e da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (D.C. 22-7; págs. 6.842-45).

Foram lidos e aprovados os seguintes requerimentos:

- que dispensa de interstício o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 28.125,00, para pagamento de diferença de vencimentos de funcionários daquele Ministério;
- que dispensa de interstício o projeto de lei da Câmara que altera os Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco.

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para pagamento de gratificação de magistério à professora Maria das Dores Paes de Barros Ferrari (D.C. 23-7; pág. 6.920).

Adiada a discussão do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre vencimentos dos juízes quando convocados

para funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (*D.C.* 23-7; pág. 6.921).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 28.125,00, para pagamento de diferença de vencimentos a funcionários daquele Ministério (*D.C.* 23-7; pág. 6.921).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara:

a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 523.510,50, para pagamento de gratificação de Magistério;

b) idem, de Cr\$ 494.583,90 (*D.C.* 24-7; página 6.968).

Foi a imprimir a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para atender as despesas com o pagamento de gratificação de Magistério à professora Damásia de Mezenez Brandão Aires (*D.C.* 24-7; pág. 6.970).

Foi a imprimir o parecer sobre o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr\$ 40.079,30, para pagamento de gratificação adicional, nos exercícios de 1950 e 1951, aos dentistas da T.U.M. daquele Ministério (*D.C.* 24-7; pág. 6.970).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 35.593,30 para pagamento do Sr. Francisco Eugênio Coutinho como Assistente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em disponibilidade (*D.C.* 24-7; pág. 6.973).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara no qual o Presidente da República solicita seja aberto o crédito especial de Cr\$ 5.000,00, para atender ao pagamento de gratificação concedida a Renato de Oliveira Greenhalgh (*D.C.* 25-7; página 7.058).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Rejeitado o projeto de lei que assegura ao sobrevivente do naufrágio do cruzador "Bahia" direito à promoção ao posto imediato (*D.C.* 21-7; pág. 6.770).

O deputado Félix Valois apresentou projeto de lei que estende benefícios do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União a professores do Magistério Militar, oficiais da reserva ou reformados (*D.C.* 24-7; pág. 6.947).

Com emenda do Senado, chega à Câmara o projeto que revigora, para todos os efeitos, os decretos de 19 de março de 1937, os quais em cumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal, melhoraram as reformas dos generais Francisco Cabral da Silveira e José Cândido da Silva Murici (*D.C.* 25-7; pág. 6.991).

Publicada a redação final do projeto que regula as promoções dos oficiais do Exército (*D.C.* 25-7; página 6.997).

O deputado Breno da Silveira apresentou projeto que inclui na contagem do tempo de serviço para reforma ou aposentadoria, as horas de vôo realizadas até 1945, por militares e civis que não tenham recebido a gratificação prevista no § 2º do artigo 39, do C.V.V.M. (*Diário do Congresso* 25-7; pág. 7.011).

Foi apresentado pelo deputado Novel Júnior projeto que dispõe sobre a promoção de oficiais da reserva não remunerada, das Forças Armadas do Brasil que cooperaram no esforço de guerra (*D.C.* 25-7; pág. 7.012).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que determina a matrícula de sargentos do Exército diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército (*D.C.* 25-7; pág. 7.033).

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que acrescenta um parágrafo ao artigo 14 da lei n.º 192, de 17 de janeiro de 1936 (Polícias Militares) (*D.C.* 22-7; pág. 6.843).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

O deputado Moura Brasil apresentou projeto que concede pensão especial a Cândida Passos Barreto, neta do Marechal Floriano Vieira Peixoto (*D.C.* 21-7; página 6.761).

Aprovadas as seguintes audiências: da Comissão de Justiça, para o projeto que estende os benefícios do seguro social do IPASE aos empregados a serviço da Ordem dos Advogados do Brasil; e da Comissão de Legislação Social, para o que dispõe sobre aposentadoria do pessoal vítima de moléstia profissional (*D.C.* 21-7; pág. 6.766).

Com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que concede pensão especial a cada uma das irmãs do falecido professor do Instituto Benjamin Constant, Alfredo dos Santos (*D.C.* 22-7; página número 6.803).

Com pareceres favoráveis, foram a imprimir os seguintes projetos: concede pensão especial à viúva do ex-magistrado Francisco Gonçalves Campos; idem, à viúva do coronel Antunes Alencar; e idem, à viúva do Agrônomo Amaury Poggi de Figueiredo (*D.C.* 22-7; páginas 6.815 e 6.816).

Com parecer, foi a imprimir o projeto que concede pensão especial a Ezequiel Pompeu Ribeiro de Siqueira, neto do Tenente Antônio João Ribeiro, herói de Dourados (*D.C.* 25-7; pág. 6.996).

Rejeitado o projeto que isenta as instituições de assistência aos cegos do pagamento de contribuições dos Institutos de Previdência Social (*D.C.* 25-7; página número 7.044).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º do decreto-lei n.º 5.087 de 1942, que dispõe sobre a abstenção das taxas dos prêmios pela CAP de Serviços Aéreos e Telecomunicações em sua carteira de acidentes (*D.C.* 25-7; página 7.044).

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto da lei da Câmara que concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00, a Raimundo Pessoa de Siqueira Campos, pai do herói militar Antônio de Siqueira Campos, e a sua esposa Carlota de Siqueira Campos (*D.C.* 22-7; pág. 6.847).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que concede a pensão mensal de Cr\$ 4.000,00 à viúva e filhas solteiras do professor Arduíno Fontes Bolívar (*D.C.* 22-7; pág. 6.844).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que modifica o decreto-lei n.º 8.368, de 21-1-46, que concede aumento aos pensionistas do IPASE (*D.C.* 22-7; pág. 6.848).

Aprovada a emenda ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr\$ 1.497.600,00, para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da Campanha Acreana (*D.C.* 22-7; pág. 6.848).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr\$ 1.497.600,00 para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da Campanha Acreana (*Diário do Congresso* 23-7; pág. 6.920).

Aprovada a votação final do projeto de lei da Câmara que concede aumento aos pensionistas do IPASE e dá outras providências (*D.C.* 23-7; pág. 6.920).

Foi a imprimir a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que concede pensão especial de Cr\$ 2.590,00 mensais à viúva e ao filho inválido do Delegado Afrânia Palhares (D.C. 24-7; pág. 6.970).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara que concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 ao Dr. Mário Pinto Serva, como prêmio de seus esforços em prol da alfabetização do povo brasileiro (D.C. 24-7; pág. 6.970).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as contribuições do Montepio Civil (D.C. 25-7; pág. 7.058).

RÉDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Na Câmara dos Deputados

Em virtude de emendas, volta às Comissões o projeto que dispõe sobre a Rêde Ferroviária do Nordeste. A discussão foi encerrada (D.C. 21-7; pág. 6.764).

REFORMA ADMINISTRATIVA

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de resolução que constitui uma comissão especial com encargo de, em substituição às comissões competentes, dar parecer sobre o projeto de iniciativa do Poder Executivo que dispõe sobre a reforma geral do sistema administrativo da União (D.C. 21-7; pág. 6.756). Aprovada a redação final (D.C. 22-7; pág. 6.824).

SÉLO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres das Comissões, foi a imprimir o projeto de lei que dá novo valor ao sêlo de educação e saúde e modifica a sua denominação (D.C. 22-7; pág. 6.804).

TOMADA DE CONTAS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a tomada de contas da execução orçamentária referente à verba "Dívida Pública" (D.C. 25-7; pág. 6.984).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES e OBRAS

PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Apresentados os seguintes projetos: pelo deputado Alencar Araripe, o que dispõe sobre a execução de serviços de irrigação com os particulares no Polígono das Sêcas, e pelo deputado Gustavo Capanema, o que localiza a usina siderúrgica, de que trata o n.º IV, do Anexo número 1, da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, na bacia carbonífera do Estado de Santa Catarina (Diário do Congresso 21-7; págs. 6.760-61). Foi concedida urgência para o último projeto (D.C. 22-7; pág. 6.831). O último projeto foi aprovado em primeira discussão (D.C. 25-7; pág. 7.039).

Com parecer pelo arquivamento foi a imprimir o projeto que abre crédito especial para ocorrer ao pagamento das contas de transportes devidas ao Lóide Brasileiro (D.C. 22-7; pág. 6.802).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que dispõe sobre o transporte aéreo da correspondência postal no interior por empresas brasileiras e dá outras providências (D.C. 22-7; pág. 6.816).

O deputado Humberto Moura apresentou projeto que autoriza abertura de crédito especial para construção de um pavilhão no Quartel do Núcleo da Divisão Aero Transportada (D.C. 22-7; pág. 6.817).

Com parecer favorável, foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que dispõe sobre a distribuição da correspondência postal e telegráfica (D.C. 25-7; página número 7.028).

Aprovada a constituição de Comissão Especial para relatar o projeto que inclui no programa de primeira urgência dos troncos do Plano Rodoviário Nacional o trecho Areal-Belo Horizonte (D.C. 25-7; pág. 7.039).

Aprovado, em segunda discussão o projeto que autoriza o Poder Executivo a construir um novo edifício para o Quartel General da 2.ª Região Militar, em São Paulo (D.C. 25-7; pág. 7.042).

Foram aprovados os seguintes projetos: em primeira discussão o que autoriza a ampliar as instalações da Agência Postal de Caruaru, Pe., e criar 2 subagências em bairros da mesma cidade e autoriza abertura de crédito especial para ocorrer às despesas com a reparação e restauração do Teatro da Paz e do Teatro Amazonas, respectivamente, em Belém e Manaus (D.C. 25-7; pág. 7.045).

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Transportes e Comunicações e Obras Públicas o projeto de lei do Senado que dispõe acerca de obras contra sécas, nos Estados Nordestinos (D.C. 23-7; pág. 6.916).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei do Senado que autoriza o Poder Executivo a entrar em acordo com a Prefeitura do Distrito Federal para construção do "Metropolitano" do Rio de Janeiro (D.C. 25-7; pág. 7.056).

TRIBUNAL MARÍTIMO

Na Câmara dos Deputados

Encerrada a discussão do projeto que dispõe sobre o Tribunal Marítimo. Volta às Comissões em virtude de emenda (D.C. 25-7; pág. 7.036).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que dá o nome de "Washington Luís" à Rodovia Rio-Petrópolis (D.C. 21-7; pág. 6.756). Aprovada a redação final (D.C. 22-7; pág. 6.824).

O mesmo em relação ao projeto que dispõe sobre a comemoração do primeiro centenário de nascimento de José do Patrocínio (D.C. 22-7; pág. 6.756). Aprovada a redação final (D.C. 22-7; pág. 6.824).

Aprovados, em primeira discussão, os seguintes projetos: dispõe sobre o uso de retrato nos títulos eleitorais e dá outras providências; altera decisão e atribuições da Comissão Especial de Mudança da Capital da República; dispõe sobre a naturalização de estrangeiros que residam no Brasil há mais de 10 anos e sejam casados com mulher brasileira ou tenham filhos brasileiros (D.C. 21-7; páginas 6.766-71-72).

Lido na hora do expediente da sessão de 21 de julho o projeto de iniciativa do Poder Executivo que altera e retifica disposições da lei número 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade, e a perda dos direitos políticos (Diário do Congresso 22-7; pág. 6.801).

Foi a imprimir a emenda do Senado ao projeto que dispõe sobre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (D.C. 22-7; pág. 6.803).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto que autoriza o Poder Executivo a erigir na cidade de Belém, Pa., um monumento em memória de Pedro Teixeira e dá outras providências (D.C. 22-7; pág. 6.806).

Também, com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre a taxa

a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos e dá outras providências (*Diário do Congresso* 22-7; pág. 6.812).

O deputado Dolor de Andrade apresentou projeto de lei que altera o artigo 3.º e acrescenta parágrafo único ao artigo 5.º da lei n.º 91, de 28-8-35, que determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública (*D.C.* 22-7; pág. 6.818).

O deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de resolução que modifica o parágrafo primeiro do artigo 127 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre pedido de verificação de votação (*D.C.* 23-7; página 6.874).

Foi a imprimir a redação final do projeto que institui o "Dia do Comerciante" (*D.C.* 24-7; pág. 6.941). Publicada a redação final (*D.C.* 25-7; pág. 7.017).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que modifica a data do início de contagem do prazo para apresentação de documentos e entrada de requerimentos de regularização de terras pertencentes ao Patrimônio da União (*D.C.* 25-7; pág. 6.991).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que estende ao Território do Acre dispositivos da lei n.º 1.455-A, de 1951, que dispõe sobre a alienação de imóveis (*Diário do Congresso* 25-7; pág. 6.991).

Tendo parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que autoriza a abrir o crédito especial destinado à construção do monumento ao Coronel José Plácido de Castro e aos patriotas da Revolução Acreana (*D.C.* 25-7; pág. 6.995).

O deputado Osvaldo Orico apresentou projeto de resolução que autoriza a Mesa da Câmara a contratar um corpo de revisores para o *Diário do Congresso* (*D.C.* 25-7; página 7.013).

Aprovado, em primeira discussão, o projeto que autoriza abertura de crédito para pagamento de despesas com a abertura de um concurso de projeto para remodelação do Pantheon ou construção de um Mausoléu para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários que se acham inumados no cemitério militar de Pistoia (*D.C.* 25-7; página 7.044).

Aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela incompatibilidade do exercício do mandato de deputado federal com o de membro da Comissão Executiva de Defesa da Borracha (*D.C.* 25-7; página 7.045).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que dispõe sobre a naturalização de estrangeiros (*Diário do Congresso* 25-7; pág. 7.045).

No Senado Federal

Foi aprovada a redação para a segunda discussão do projeto de lei do Senado que modifica os artigos 3.º, II, 4.º parágrafo único, 5.º parágrafo 4.º, 5.º e 6.º da Lei número 505, de 17-12-51, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança (*D.C.* 24-7; pág. 6.974).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre normas gerais do regime penitenciário (*Diário do Congresso* 25-7; pág. 7.054).

Foi a imprimir com parecer das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a impressão de todos os trabalhos de autoria do inventor patrício Alberto Santos Dumont, em edição especial, ao cuidado do Instituto Nacional do Livro (*D.C.* 25-7; página 7.057).

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Deferidos os seguintes requerimentos: de audiência do IPASE sobre montante de despesas com projeto que garante a associados e beneficiários dos Institutos e Caixas de Pensões e Aposentadoria a percepção de pensões quando contraírem núpcias; e de audiência do IAPETC e do Serviço Atuarial do M.T.I.C., sobre projeto que cria no IAPETC as carteiras de seguro contra riscos e de finan-

ciamento de automóveis para os motoristas profissionais (*D.C.* 21-7; pág. 6.762).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério do Trabalho, sobre requerimento do deputado Muniz Falcão; do M. da Fazenda, sobre projeto de lei que modifica o encargo da doação à Academia Brasileira de Letras; do mesmo, sobre pagamento de verbas autorizado pelo Presidente da República para socorro das vítimas da enchente do Amazonas; do mesmo, sobre projeto de lei que autoriza a transferência para a Diocese de Natal de próprio da União; do M. da Educação, sobre projeto de lei que concede auxílio à Universidade Católica do Distrito Federal; do mesmo, sobre projeto que institui o intercâmbio universitário interestadual; do Ministério da Justiça, sobre projeto de lei que regula a expulsão de estrangeiros nocivos à sociedade brasileira; e do Ministério da Viação sobre tesoureiros e ajudantes de tesoureiros aposentados antes da Lei n.º 403, de 1948 (*D.C.* 22-7; páginas números 6.796-97).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Finanças, de audiência do Ministério da Fazenda para o projeto que dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado à Fundação Brasil Central; da mesma comissão, de audiência do Ministério da Educação para o projeto que concede auxílio financeiro para a instalação em sede própria da Escola de Belas Artes de Pelotas; da mesma comissão, de audiência do D.A.S.P. para o projeto de lei que dispõe sobre a situação funcional dos Conselheiros das Caixas Econômicas Federais (*D.C.* 23-7; páginas números 6.872-73).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério do Trabalho, sobre o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários; do Ministério da Viação, sobre o fechamento da Agência do Loide Brasileiro; do Ministério da Educação sobre projeto de lei que cria nas Faculdades de Medicina a cadeira de Deontologia Médica; do mesmo Ministério, sobre projeto de lei que dispõe sobre doação do Hospital da União construído em Palmeira dos Índios, Alagoas do Ministério da Viação, sobre vários esclarecimentos relacionados com a criação de agências postais; do mesmo, sobre obras no pôrto de Antonina, Paraná; do Ministério do Trabalho, sobre nomeação para o Quadro do IAPI; do Ministério da Justiça, sobre pessoal do Território do Rio Branco (*D.C.* 24-7; pág. 6.938).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado José Fleury, sobre autorização dada pelo I.N.E.P. à Secretaria de Educação de Goiás, para a demolição de vários prédios de escolas rurais naquele Estado; do deputado Aliomar Baleeiro, sobre a identificação da família Wainer e todos os demais assuntos relativos à sua cidadania; do deputado Antônio Corrêa, sobre execução de obras na E.F. Petrolina e Teresina e E.F. Central do Piauí; do deputado João Cabanas, sobre o saldo devedor e a favor do Brasil, em dólares, no exterior, em dezembro de 1945 e janeiro de 1950; do deputado Adahil Barreto, sobre providências adotadas para apuração de irregularidades na fiscalização do imposto de renda; do deputado Herbert Levy, sobre a necessidade de amparar os produtores de gêneros alimentícios e de algodão; do deputado Achiles Mincarone, sobre as atividades do Plano Postal Telegráfico; da Comissão de Constituição e Justiça, sobre projeto que cancela penalidades impostas a servidores públicos; da mesma, sobre audiência do Ministério da Guerra, para projeto de lei que estende as vantagens da Lei n.º 288, de 1948, aos militares e civis que participarem das forças das Nações Aliadas; da mesma, sobre audiência do mesmo Ministério, para projeto que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado por civis brasileiros às Forças Armadas dos Estados Unidos da América, por ocasião da última guerra mundial; e da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, para projeto de lei que autoriza construir a Rodovia Pirapora-Unaí-Formosa (*D.C.* 24-7; págs. 6.941-43).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sobre importação de automóveis da marca "Rolls-Royce"; do mesmo, sobre publicidade de entidades públicas distribuídas à "Erica", "Última Hora" e "Flan"; do mesmo, sobre a atuação de um corpo de fiscais do imposto de renda por ocasião de eleições no Rio Grande do Sul; do Ministério da Viação, sobre projeto de lei que modifica

tarifas postais relativas a jornais e livros; do mesmo, sobre verbas orçamentárias destinadas a construção de açudes no Nordeste; e do Ministério da Educação, sobre projeto de lei que abre crédito especial para atender a despesas com a delegação esportiva do Brasil à Olimpíada de Helsinki (D.C. 25-7; págs. 6.989-91).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Finanças, pedindo a audiência dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho, para o projeto que dispõe sobre o pagamento do débito da União às autarquias de previdência; da mesma, sobre audiência do Ministério da Viação a respeito de projeto de lei que dispõe sobre pessoal da E. F. São Paulo-Rio Grande (D.C. 25-7; pág. 7.011). Idem, do deputado Euzébio da Rocha, sobre recolhimento das contribuições dos Diários Associados ao IAPETC; do mesmo, sobre o mesmo assunto ao IAPC; e ainda do mesmo sobre assunto ao IAPI (pág. 7.034).

No Senado Federal

Deferidos os requerimentos do senador Mozart Lago solicitando informações sobre vários assuntos relacionados com as finalidades do IPASE (D.C. 23-7; pág. 6.919).

Recebidas as informações do Ministério da Educação, sobre providências para proteção da população carioca contra as emanações de gases desprendidos por veículos a motor (D.C. 25-7; pág. 7.054).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Lidas na hora do expediente da sessão noturna de 20 de julho as teses encaminhadas à Câmara pelo II Congresso Nacional dos Estudantes das Faculdades de Filosofia, bem como uma representação da Faculdade Paulista de Direito sobre o projeto de lei que regula a assistência à mulher casada, ou não, apenas religiosamente (*Diário do Congresso* 21-7; págs. 6.754-55).

Aprovado o projeto de resolução que concede licença para o trato de interesses particulares ao deputado Benedito Mergulhão (D.C. 21-7; pág. 6.766).

Aprovado também o parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou pela percepção apenas do subsídio por parte do deputado que é oficial reformado da Força Pública (D.C. 21-7; pág. 6.772).

Foi a imprimir uma indicação que sugere o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o direito de eleitividade de prefeitos de municípios considerados bases militares (D.C. 22-7; pág. 6.816).

Aprovados os projetos de resolução que concedem licenças para tratamento de saúde aos deputados Macedo Soraia e Silva Leônidas de Melo (D.C. 22-7; página número 6.824).

Aprovado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Antônio Maia (D.C. 24-7; pág. 6.955).

Aprovado o requerimento que solicita o comparecimento do Ministro da Fazenda para prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos (D.C. 25-7; pág. 7.041). Idem, sobre o vultoso atraso de pagamento de contas do Tesouro (pág. 7.046).

No Senado Federal

Aprovado o projeto de resolução que concede licença ao Senador Novais Filho para participar da Representação do Brasil na Conferência Internacional do Açúcar, a realizar-se em Londres (D.C. 22-7; pág. 6.848).

Foi a imprimir o parecer da Comissão de Economia sobre o memorial de autoria do Sr. Mário Pinto Serva fazendo consideração sobre a situação econômica do País (D.C. 24-7; pág. 6.970).

Foi a imprimir a redação final do projeto de resolução que concede licença ao Sr. Senador Novaes Filho para participar da representação do Brasil na Conferência Internacional do Açúcar, a realizar-se em Londres (*Diário do Congresso* 24-7; pág. 6.970).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falararam, na sessão de 20 de julho, os seguintes senhores deputados: Plácido Olímpio, Waldemar Rupp, Jorge Lacerda, Saul Ramos, Joaquim Ramos, Maurício Joppert; Lima Figueiredo, Francisco Gallotti, para encaminharem a votação do voto presidencial oposto a 9 dispositivos do projeto de lei da Câmara que se refere à dragagem e localização de uma usina siderúrgica, na cidade de Laguna, nos moldes da Nacional, Santa Catarina; Leoberto Leal acerca da Agência do Loide Brasileiro no pôrto de Santa Catarina; Antônio Corrêa para ler requerimento de informações enviado ao Ministro da Viação sobre a Estrada de Ferro Petrolina e a Estrada de Ferro Central do Piauí; Tenório Cavalcanti sobre o projeto que proíbe a exportação de pedras preciosas e semipreciosas; José Guimarães quando da votação do projeto que dispõe sobre o uso de retratos nos títulos eleitorais, ainda, na mesma oportunidade falaram, os senhores: Nestor Duarte, Ruy Santos, Jales Machado e Coelho de Souza; Eurico Sales para encaminhar a votação do projeto que altera a decisão e atribuições da Comissão Especial de Mudança da Capital da República.

Falararam, na sessão de 21 de julho os seguintes senhores deputados: Filadelfo Garcia a propósito do cumprimento de uma providência necessária à aplicação da lei que estende aos servidores das estradas de ferro da União em regime de autarquia os direitos e benefícios conferidos aos da E.F. Central do Brasil; Galeno Paranhos, acerca dos problemas dos nordestinos; Félix Valois sobre problemas do Território do Rio Branco; Antunes de Oliveira a respeito dos trabalhos da IV Conferência Mundial da Juventude Batista; José Fleury acerca de problemas políticos do Estado de Goiás; Vasconcelos Costa sobre os festejos comemorativos da 9.ª Exposição Agropecuária realizada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais; Magalhães Melo apresentando ao Banco do Desenvolvimento Econômico projeto visando levar auxílio às cidades de Flores, Serra Talhada e Cabrobó; Brígido Tinoco sobre o projeto que estende abono aos servidores de Caixas e Pensões; Ulisses Guimarães apelando à CEXIM para solicitar fosse desembaraçado um conjunto de motobombas para o Serviço de Água do município de Rio Claro; Frota Aguiar a respeito da Companhia Telefônica Brasileira; Celso Peçanha sobre os pensionistas da Estrada de Ferro Leopoldina; Humberto Moura para apresentar projeto que vise obter recursos da União para melhor ampliação do Quartel da Escola de Paraquedistas do Exército; Ary Pitombo, acerca da entrevista do Sr. Carlos Lacerda sobre a "Última Hora"; Lima Figueiredo acerca do problema cafeeiro; Daniel Franco, Aldo Sampaio, Tristão da Cunha, para encaminharem a votação, em primeira discussão, do projeto que prorroga pelo prazo de 6 meses, a vigência da lei que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior; Aliomar Baleeiro sobre as atividades da CEXIM; Herbert Levy, Fernando Ferrari, Emílio Carlos, acerca do projeto que visa a prorrogação da licença prévia; e Coelho de Souza para versar sobre preferências que têm os representantes da nação de conceder auxílios e subvenções.

Falararam, na sessão de 22 de julho, os seguintes deputados: Félix Valois para denunciar atos de violência do Presidente da República que depôs, sem o menor exame, um governador de Território; Magalhães Melo acerca dos serviços de Correios e Telégrafos no Brasil; Breno da Silveira, para declarar que acaba de ser concedido o abono e salário de família aos portuários; Vasconcelos Costa acerca de problemas de Estradas de Rodagem; Muniz Falcão sobre a fusão das Caixas de Aposentadorias e Pensões; Lima Figueiredo para comunicar fato ocorrido em São Paulo relativo à fabricação de café; Freitas Cavalcanti a respeito do direito à percepção do salário familiar aos servidores das empresas concessionárias do serviço público; Celso Peçanha, sobre o problema do pessoal do Serviço Nacional de Febre Amarela; Castilho Cabral a respeito dos trabalhos em desenvolvimento nas Comissões Parlamentares de Inquérito; Lima Figueiredo sobre problemas de Agricultura; Félix Valois, Tenório Cavalcanti, Carva-

Iho Sobrinho, Nestor Duarte, Ponciano dos Santos e Augusto Meira para encaminharem a votação, em primeira discussão do projeto de lei que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação com o exterior; Campos Vergal sobre funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil; Félix Valois acerca da Exposição Nacional do Milho, Suínos e Gado Leiteiro a realizar-se no Rio Grande do Sul; Lauro Cruz, Campos Vergal, Rui Ramos quando da votação do projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir, por intermédio do M.E.S., o crédito de Cr\$ 2.000.000,00 para auxílio às despesas decorrentes da organização e realização do Concílio Geral da Igreja Metodista no Brasil; Alde Sampaio, Willy Frohlich, Raimundo Padilha e Daniel Faraco para encaminharem a votação, em primeira discussão, do projeto de lei da Câmara que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de exportação e importação com o exterior.

Falaram, na sessão de 23 de julho, os seguintes senhores deputados: Epílogo de Campos para transmitir protesto à Câmara do Presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Aéreos e Telecomunicações contra o decreto que determinou a fusão das Caixas de Aposentadorias; Chagas Rodrigues para ler telegrama favorável à abertura de uma agência do Banco do Nordeste, no Estado do Piauí; Frota Aguiar acerca da presença do Sr. Euvaldo Lodi na Comissão de Inquérito; Vasconcelos Costa a respeito do projeto que beneficia aos subtenentes e sargentos das Forças Armadas; Herbert Levy sobre a viagem do cruzador "Barroso" à Europa; Brígido Tinoco acerca do aumento dos preços das passagens da Frota Carioca; Gama Filho sobre a atitude do Prefeito do Distrito Federal no caso do contrato da Companhia Telefônica Brasileiro; Abelardo Mata a respeito de acontecimentos políticos no município de São Gonçalo; Magalhães Melo para comunicar que pretende apresentar projeto de lei estabelecendo a conversibilidade da licença-prêmio dos funcionários autárquicos e da União em vencimentos integrais; Félix Valois sobre a exoneração do governador Aquilino Mota Duarte; Artur Santos a respeito dos acontecimentos que afetaram a economia do país nos últimos dias; Dilermando Cruz, Fernando Ferrari, Flores da Cunha e Gustavo Capanema para encaminharem a votação de requerimento que requer preferência para votação do projeto que concede auxílio para Exposição Nacional do Milho, Suínos e Gado Leiteiro; Armando Falcão a respeito da falsificação de documento no Departamento Nacional de Imigração; Dilermando Cruz a respeito da CEXIM; Tenório Cavalcanti sobre a resposta do seu pedido de informações acerca da demissão do comandante Mader Gonçalves; Medeiros Neto a respeito do projeto que regulamenta a lei dos militares que têm atividades subversivas e Campos Vergal para fazer o necrológio do Sr. Antônio Loreto Flores falecido em Belo Horizonte.

Falaram, na sessão de 24 de julho, os seguintes senhores deputados: Willy Forhlich, Achiles Mincharone, Coelho de Souza e Vieira Lins sobre o "Dia do Colono"; Nelson Carneiro para fazer considerações em torno da representação do Brasil no estrangeiro; Fernando Ferrari para reclamar contra a demora da Comissão de Finanças na entrega das publicações das emendas apresentadas aos projetos; Herbert Levy sobre a visita do professor Milton Eisenhower; Artur Santos para criticar alguns itens do orçamento do Ministério das Relações Exteriores; Lopo Coelho, Artur Santos, João Cabanas para encaminharem a votação ao anexo 23 do projeto que trata do orçamento; Dilermando Cruz, acerca da expropriação das jazidas de manganês situadas no Estado de Minas Gerais; Carmelo D'Agostino acerca do pedido de informações que fez ao Senhor Ministro da Marinha sobre carregamento de "whisky" transportado pelo navio de guerra "Barroso"; Celso Peçanha sobre o dia consagrado ao "Patrônio dos Motociclistas", São Cristóvão; Crepory Franco para ler telegrama dos funcionários contribuintes de Caixas de Aposentadorias protestando contra a fusão das mesmas; Antunes de Oliveira acerca do projeto que abre crédito especial para auxílio às despesas decorrentes da organização e realização do Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil; Campos Vergal acerca da violência que preside as atitudes da turma municipal do "rapa"; Leoberto Leal sobre o projeto que estabelece os planos do carvão nacional; sobre o mesmo assunto falou, também, o Sr. Félix Valois; Ar-

mando Falcão, Félix Valois, quando da segunda discussão do projeto que autoriza abertura de crédito como auxílio às despesas do V Congresso de Jornalistas; Medeiros Neto e José Bonifácio para encaminharem a votação do projeto que cria, em Maceió, um Entreponto Frigorífico; Gustavo Capanema e Aliomar Baleeiro quando da votação do requerimento que solicita a convocação do Sr. Ministro da Fazenda; Mário Palmério para encaminhar a votação do projeto que aprova o contrato celebrado entre a União e o Estado do Rio, referentes ao convênio sobre cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura; Fernando Ferrari para encaminhar a votação do projeto que permite, para cálculo do imposto complementar de renda, dedução de quantitativo de aluguel de casa; Campos Vergal para encaminhar a votação do projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito destinado a cobrir o "deficit" orçamentário da Fundação Abriago do Cristo Redentor e visto para o exercício de 1953 e Nelson Omegna para encaminhar a votação do projeto que abre crédito especial destinado à instalação da Casa Euclidianas, em São José do Rio Pardo, SP.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 21 de julho, os seguintes senhores senadores: Francisco Gallotti a respeito de problemas da CEXIM; Hamilton Nogueira sobre assuntos ligados ao funcionário público; Mozart Lago acerca do contrato da Companhia Telefônica; e Kerginaldo Cavalcanti comentando a situação de Light em face do rationamento.

Falaram, na sessão de 22 de julho os seguintes senhores senadores: Alencastro Guimarães para criticar a CEXIM; e Alfredo Neves sobre a construção do Porto de Itacuruçá.

Falaram, na sessão de 23 de julho os seguintes senadores: Domingos Velasco acerca do socialismo; Carlos Saboia sobre o desaparecimento, no Ceará, do jornalista Alfau de Farias Aboim; Kerginaldo Cavalcanti a respeito do projeto que concede aposentadoria aos magistrados e Aluízio de Carvalho sobre o mesmo assunto anterior.

VETO PRESIDENCIAL

No Senado Federal

Lido na hora do expediente da sessão de 28 de julho do Senado o veto oposto pelo Presidente da República a dispositivo do projeto de lei que cria o Ministério da Saúde (D.C., 29-7, pág. 7.144).

Chega ao Senado a mensagem do Poder Executivo que veta parcialmente o projeto de lei da Câmara que cria o Ministério da Saúde (D.C., 29-7 — pág. 7.144).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades públicas aos que instalarem fábricas de cimento no país (D.C., 28-7 — página 7.072).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que localiza a usina siderúrgica de que trata o n.º IV do Anexo 1, da Lei n.º 1.886, de 1953, na bacia carbonífera do Estado de Santa Catarina (D.C., 28-7 — pág. 7.073). Aprovada a redação final (D.C., 29-7 — pág. 7.135).

O deputado Alberto Botino apresentou projeto que autoriza o Poder Executivo a instalar postos agropecuários em municípios do Estado de São Paulo (D.C., 29-7 — pág. 7.123).

No Senado Federal

Chega ao Senado Federal o projeto de lei da Câmara que localiza a Usina Siderúrgica de que trata o n.º IV do Anexo n.º 1 da Lei n.º 1.886, de 1-6-53, na bacia carbonífera do Estado de Santa Catarina (D.C., 30-7 — pág. 7.198).

ANULAÇÃO DE CASAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Lidos, na hora de expediente da sessão de 27 de julho vários pronunciamentos contrários ao projeto que dispõe sobre anulação de casamento (D.C., 28-7 — pág. 7.051). Lidos novos pronunciamentos sobre o projeto na sessão de 28 de julho (D.C., 29-7 — pág. 7.110). Publicados novos pronunciamentos (D.C., 31-7 — pág. 7.226).

AUTONOMIA MUNICIPAL

No Senado Federal

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o ofício da Câmara Municipal de Jaboticabal, solicitando renovação do art. 12, do Decreto nº 9.777, de 6-9-46 (D.C., 28-7; pág. 7.085).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara, que exclui da classificação constante do art. 1º da Lei nº 121, de 12-10-47, os municípios de Guarulhos, Estado de São Paulo; Florianópolis e São Francisco, Estado de Santa Catarina (D.C., 30-7; pág. 7.202).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que autoriza abertura de crédito especial para subvencionar a Estrada de Ferro Leopoldina no exercício de 1953 (D.C., 28-7; pág. 7.072).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado a cobrir o "deficit" orçamentário da Fundação Abrigo Cristo Redentor, previsto para o exercício de 1953 (D.C., 28-7; pág. 7.074). Publicada a redação final (D.C., 31-7; pág. 7.225).

Rejeitado o projeto que concede auxílio financeiro para as comemorações do 3º centenário da fundação da cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo (D.C., 28-7; pág. 7.074).

Com emenda, foi aprovado o projeto que concede auxílio financeiro destinado ao 2º Congresso Nacional de Anatomia, a realizar-se em 1953 (D.C., 28-7; pág. 7.075).

Foi a imprimir, com parecer, o projeto que concede à Academia Brasileira de Filologia subvenção anual destinada à realização de suas finalidades (D.C., 30-7; página 7.174).

Publicada a redação final do projeto que concede auxílios financeiros para a construção da sede do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, do Teatro Castro Alves, em Salvador, da Escola de Belas Artes de Pelotas e do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora (D.C., 30-7; pág. 7.179). Aprovada a redação final (D.C., 31-7; pág. 7.234).

O deputado Medeiros Neto apresentou projeto que concede auxílio financeiro para construção do Hospital de Clínicas de Maceió, Estado de Alagoas (D.C., 30-7; página 7.180). No mesmo sentido apresentou o deputado João Cabanas, para a construção de um Teatro Municipal em Sorocabana, São Paulo (D.C., 30-7; pág. 7.182).

Apresentados os seguintes projetos: pelo deputado Wilson Cunha, o que concede auxílio financeiro a diversos municípios dos Estados de Espírito Santo e Minas Gerais, no combate à broca do café; e do deputado Benjamin Farah, no mesmo sentido para pagamento de despesas na aquisição de aparelhamento destinado ao Instituto Brasileiro de Oncologia (D.C., 31-7; págs. 7.229-30).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que concede auxílio financeiro para as despesas decorrentes da IV Jornada Brasileira de Radiologia (D.C., 31-7; pág. 7.245).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que autoriza concessão de auxílio para ocorrer às despesas decorrentes da organização e realização do Concílio da Igreja Metodista do Brasil (D.C., 31-7; página 7.246).

O deputado Ostoja Roguski apresentou projeto de lei que concede auxílio para a realização do VI Congresso Brasileiro de Veterinária (D.C., 31-7; pág. 7.254).

Publicada a redação para a segunda discussão do projeto que concede auxílio para a Exposição do Milho, Suínos e Gado Leiteiro, a realizar-se em Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul (D.C., 1-8; pág. 14).

Com pareceres foi a imprimir o projeto que autoriza a concessão de auxílio para as despesas com a realização, em Cuiabá, Mato Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Correia, Arcebispo da Arquidiocese daquele Estado (D.C., 1-8; pág. 14).

Foi a imprimir a redação final dos projetos que concedem auxílios para ocorrer às despesas com a instalação da Casa Euclidiana em São José do Rio Pardo, São Paulo e o V Congresso Nacional de Jornalistas (D.C., 1-8; pág. 16).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que inclui a Escola de Agronomia da Bahia entre os estabelecimentos subvencionados pela União (D.C., 28-7; página 7.084).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar o término da construção e equipamento de novo edifício do Abrigo Francisco de Paula (D.C., 30-7; pág. 7.086).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 14.000,00, para pagamento de auxílio ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, Estado de São Paulo (D.C., 31-7; pág. 7.269).

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a Ata da reunião da Comissão de Constituição e Justiça onde foi examinado o projeto do Poder Executivo que altera valores dos símbolos referentes ao padrão de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas. O parecer, pela constitucionalidade do projeto, foi aprovado (D.C., 28-7; pág. 7.047).

CÓDIGO DA JUSTIÇA MILITAR

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que modifica o § 2º do art. 19 do Decreto-lei nº 925, de 2-12-38 (D.C., 31-7; pág. 7.269).

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS NA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

Na Câmara dos Deputados

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, foi a imprimir o projeto do Poder Executivo que altera a redação do art. 40 da Lei nº 217, de 15-1-48 (D.C., 30-7; pág. 7.172).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Seção do Fomento Agrícola em Cuiabá, Mato Grosso e José Bernardo Júnior; idem, entre a mesma Seção e Marcelo Miraglia; idem, entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado do Rio e José Borges; idem, entre o Ministério da Guerra e Caetano Naffi; aprova o contrato celebrado entre a

Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco e J. Ferreira Marques; idem, entre o D.C.T. e a firma Bawag S.A. de Comércio Internacional; idem, entre a Junta de Conciliação e Julgamento em Petrópolis e Carlos Potier Monteiro; idem, entre a Comissão de Construção do C.N.E.P.A. e a firma Mesbla S.A.; idem, entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo; e idem, entre o D.C.T. e a firma Byington & Cia. (D.C., 28-7; pág. 7.072).

Em primeira discussão, foram aprovados os seguintes projetos: o do contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Sociedade Técnica Limitada; idem, entre o Governo do Território do Guaporé e Alberto Josuá; idem, entre o M.E.S. e o "Institute of Inter American Affairs" (D.C., 28-7; págs. 7.076-77).

Publicada a redação final do projeto que aprova o contrato celebrado entre o D.N.P.R.C. e a firma Comércio e Indústria Neva Limitada (D.C., 30-7; pág. 7.179). Aprovada a redação final (D.C., 31-7; pág. 7.234).

Foram a imprimir os seguintes projetos: aprova o termo de ajuste celebrado entre o D.C.T. e a firma J. Ferreira Marques, para construção de prédios em Pernambuco; mantém a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o D.N.O.S. e a firma Simaco & Cia., para execução de serviços de conservação de cursos d'água; e aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Wanderley da Costa Lima, para desempenhar função de Assistente no S.N.P.A. (D.C., 31-7; págs. 7.221-23).

Encerrada a primeira discussão do projeto que aprova o termo aditivo do contrato celebrado entre o M.E.S. e o "Institute of Inter American Affairs", para a realização de um programa de cooperação educacional (D.C., 31-7; pág. 7.258).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos:

- a) que mantém a decisão do Tribunal de Contas negatória ao registro do contrato celebrado entre o M.J.N.I. e a firma construtora Senobra Limitada;
- b) que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Construtora e Conservadora Americana Limitada;
- c) que aprova o acordo celebrado entre o M.E.S. e o Estado de São Paulo;
- d) que aprova o contrato celebrado entre o M.J.N.I. e a Cia. Federal de Eletricidade;
- e) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Pirelli S.A. — Cia. Industrial Brasileira;
- f) que aprova o registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do M.E.S. e a firma Tedesco & Cia. Limitada (D.C., 28-7; pág. 7.084).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os seguintes projetos de decretos legislativos:

- a) que aprova a renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Mário Pereira Duarte; e
- b) que aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Guaporé e Floriano Catarinense Peixoto (D.C., 28-7; pág. 7.085).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos:

- a) que mantém a decisão do Tribunal de Contas negatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Dorothy Norton Pond e;
- b) que revoga a decisão do Tribunal de Contas negatória ao registro de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher Maria Augusta Assunção de Oliveira (D.C., 29-7; página 7.146).

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos:

- a) que aprova o contrato celebrado entre José Martins e sua mulher Teresa Martins, e a União Federal;

b) idem, entre o D.C.T. e a firma Importadora Técnica Riomer Limitada;

c) idem, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos e a firma J. Ferreira Marques (D.C., 30-7; pág. 7.198).

Chega ao Senado o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o D. Federal de Compras e a firma Byington & Cia. (D.C., 31-7; pág. 7.269).

DESAPROPRIAÇÃO POR INTERÉSSE SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Chega à Câmara o projeto de iniciativa do Poder Executivo que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua efetivação (D.C., 29-7; pág. 7.121).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

O deputado Dilermando Cruz apresentou projeto que autoriza abertura de crédito para construção de um grupo escolar em distrito de Arrozal, Estado do Rio (D.C., 29-7; pág. 7.123).

Apresentado pelo deputado Medeiros Neto projeto que disciplina a freqüência às aulas de religião (D.C., 29-7; pág. 7.124).

Emendado pelo Senado, foi a imprimir o projeto que institui no M.E.S., os Prêmios Nacionais de Literatura, de Ciência e de Arte, com pareceres das comissões (D.C., 30-7; pág. 7.170).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que dispõe sobre o ensino superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com sede em São José dos Campos, S.P. (D.C., 31-7; pág. 7.247).

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto que federaliza a Escola Técnica de Comércio de Alagoas, antiga Academia de Ciências Comerciais de Alagoas, mantida pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Alagoas (D.C., 31-7; pág. 7.253).

O deputado Novelli Júnior apresentou projeto que permite a prestação de exames de segunda época, fora dos prazos estipulados pela legislação vigente, aos alunos do último ano das Escolas Superiores localizadas na Capital de São Paulo (D.C., 1-8; pág. 22).

FINANÇAS e ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas efetuais pela Delegação do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; e idem para pagamento da parte da contribuição do Governo Federal à Caixa de Crédito da Pesca (D.C., 28-7; pág. 7.071).

Com parecer favorável, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado a restituir a diversas ferrovias a diferença verificada entre a dotação constante do Orçamento da União para 1951 e a arrecadação efetiva no mesmo exercício das duas taxas adicionais de 10% sobre as tarifas de que trata o Decreto-lei número 7.632, de 1945 (D.C., 31-7; pág. 7.246).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para atender aos gastos do D.F.S.P. com o transporte de presos (D.C., 31-7; pág. 7.248).

Foi a imprimir o projeto da Mesa da Câmara que aprova os pagamentos realizados pela Secretaria da Casa, durante os meses de maio e junho do corrente ano, pela verba de subsídio dos Deputados (D.C., 31-7; pág. 7.251).

O deputado Herbert Levy apresentou projeto que dispõe sobre a destinação das importâncias arrecadadas através do adicional de 15% sobre o imposto de renda criado pela Lei nº 1.474, de 1951 (D.C., 31-7; pág. 7.255).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao M.F. crédito especial para pagamento da quota do impôsto de renda devida aos municípios (D.C., 1-8; pág. 15).

Publicada também a redação final do projeto que dispõe sobre os encargos de família que podem ser abatidos da renda bruta para efeito de pagamento do impôsto de renda (D.C., 1-8; pág. 16).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de lei da Câmara:

a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 2.300,00, para pagamento das despesas com a realização da reunião parcial da Conferência Mundial de Energia;

b) que autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 45.371.064,90, para pagamento dos transportes efetuados pelo Lóide Brasileiro (D.C., 30-7; pág. 7.198).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que modifica o art. 7º da Lei n.º 1.815, de 18-2-53 (D.C., 31-7; pág. 7.269).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que inclui o Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores no gozo de isenção alfandegária (D.C., 28-7; pág. 7.053).

O deputado João Cabanas apresentou projeto que isenta de qualquer pagamento alfandegário as Cooperativas Agrícola e Avícola beneficiadas pela Lei n.º 1.856, de 1953 (D.C., 31-7; pág. 7.228).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para dez mil toneladas de fosfato monosódico ou anidrido fosfórico, no interesse do desenvolvimento industrial do país (D.C., 1-8; pág. 13).

LAVOURA CAFEEIRA

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a urgência para o projeto que trata de medidas urgentes em favor dos lavradores de café, que foram prejudicados com a geada que caiu, sobretudo nos Estados do Paraná e São Paulo (D.C., 28-7; pág. 7.072).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direito de importação e mais taxas aduaneiras para um micro-ônibus rural, marca "Chevrolet", destinado às Missões Franciscanas do E. de Alagoas (D.C., 31-7; pág. 7.269).

LEI DE IMPRENSA

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto que regula a liberdade de imprensa (D.C., 30-7; pág. 7.176). Em virtude de emenda à redação final, volta à comissão respectiva (D.C., 31-7; pág. 7.234).

LEI ORGÂNICA DA SAÚDE

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que estabelece normas gerais sobre a defesa e proteção da saúde (D.C., 29-7; pág. 7.145).

LICENÇA PRÉVIA

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que prorroga por seis meses a vigência da Lei número 842, de 1949, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior (D.C., 30-7; pág. 7.175).

ORÇAMENTO DE 1954

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão de Finanças sobre as emendas do plenário e com emenda e subemendas da Comissão, foi a imprimir o Anexo n.º 22 — Ministério da Marinha (D.C., 28-7; pág. 7.056). Iniciada a discussão (D.C., 30-7; pág. 7.189). Prosseguiu a discussão e votação, sendo concluída na sessão noturna de 30 de julho (D.C., 31-7; págs. 7.235 e 7.259). Aprovada a redação final do Anexo n.º 3 — Tribunal de Contas (D.C., 28-7; páginas 7.072).

Com parecer da Comissão de Finanças sobre as emendas, foi a imprimir o Anexo n.º 4 — Presidência da República (D.C., 29-7; pág. 7.119). Encerrada a discussão na sessão noturna de 30 de julho (D.C., 31-7; pág. 7.258). Foram a imprimir, com parecer, os Anexos ns. 14, 7 e 8, respectivamente, Conselho de Segurança Nacional, Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas e Comissão de Reparações de Guerra (D.C., 30-7; páginas 7.169-70).

Foi a imprimir, com parecer às emendas, o Anexo n.º 10 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (D.O., 31-7; pág. 7.224).

Também foi a imprimir, com parecer, o Anexo n.º 6 — Estado Maior das Forças Armadas (D.C., 31-7; página 7.249).

Publicada a redação final do Anexo n.º 2 — Congresso Nacional (D.C., 1-8; pág. 17).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento dos vogais da Junta de Conciliação e Julgamento de Vítória, por serviços prestados no mês de dezembro de 1951 (D.C., 28-7; pág. 7.062).

Aprovada a redação final dos seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para ocorrer ao pagamento de gratificação aos funcionários das agências postais telegráficas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; idem de gratificação adicional aos servidores dos Territórios Federais; e idem de gratificação ao médico Francisco Vitorino de Luna (D.C., 28-7; págs. 7.071-72).

Aprovada a designação de comissão especial para relatar o projeto que assegura salário-família aos empregados das empresas concessionárias do serviço público (D.C., 28-7; pág. 7.073).

Aprovado em primeira discussão o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar para pagamento do salário-família a servidores do D.A.S.P. (D.C., 28-7; página 7.074).

O deputado Coutinho Cavalcanti apresentou projeto que efetiva serventuários interinos da Justiça a partir da publicação desta lei, mediante indicação de seus nomes pelo Corregedor da Justiça (D.C., 29-7; pág. 7.124).

Foi a imprimir projeto elaborado pela Comissão de Finanças que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação adicional aos funcionários do Tribunal de Contas, correspondente ao exercício de 1952 (D.C., 30-7; pág. 7.174).

Com parecer favorável, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação devida a Francisco Bernardo de Sousa, artífice do M.V.O.P. (D.C., 31-7; pág. 7.245).

Chega à Câmara o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de créditos suplementar e especial para pagamento de gratificação adicional a servidores de diversos órgãos.

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que cria no Quadro Permanente do M. da Agricultura o cargo isolado de provimento em comissão, do Administrador da Colônia Agrícola Nacional do Jaíba, no E.M. Gerais (D.C., 28-7; pág. 7.085).

Volta às Comissões o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre vencimentos dos juízes quando convocados para funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Durante a discussão do projeto falaram os seguintes senhores senadores: Atílio Vivacqua, Joaquim Pires, Aluísio de Castro e Dario Cardoso (D.C., 28-7; págs. 7.091-92).

Rejeitado o art. 1º, em primeira discussão, do substitutivo oferecido em plenário, em discussão preliminar do projeto de lei do Senado que dispõe sobre a estabilidade do extranumerário. Falou, durante a discussão, o senhor Mozart Lago (D.C., 28-7; pág. 7.092).

São lidos os pareceres das Comissões Técnicas ao projeto de lei da Câmara que classifica no Padrão "O" cargo de professores Catedráticos do Quadro Permanente do M.E.S. Durante a discussão falaram os senhores Hamilton Nogueira e Kerginaldo Cavalcanti; o projeto foi aprovado (D.C., 28-7; págs. 7.088-90).

Encerrada a discussão preliminar e volta à Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara que altera o quadro de Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho (D.C., 29-7; pág. 7.150).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 3.615.850,00, para pagamento de salário-família a servidores da Ribeira de Viação Cearense e da Viação Férrea Federal Leste Brasileira (D.C., 29-7; página 7.152).

Aprovada em discussão única a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 7.200,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério à professora Danúzia de Menezes Brandão Ayres (D.C., 29-7; pág. 7.152).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara, que dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais (D.C., 30-7; página 7.201).

Encerrada a discussão e adiada a votação do projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr\$ 40.079,30, para pagamento de gratificação adicional, nos exercícios de 1950 e 1951, aos dentistas da TUM daquele Ministério (D.C., 30-7; pág. 7.202).

Aprovada a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que classifica no Padrão "O" o cargo de professor catedrático do Q.P. do M.E.S. (D.C., 31-7; pág. 7.276).

Foram aprovadas e rejeitadas, emendas na discussão única, ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais. Durante os debates falaram os senhores Pereira de Sousa, Kerginaldo Cavalcanti, Vitorino Freire, Atílio Vivacqua, Aluísio de Carvalho, Ivo d'Aquino, Ferreira de Sousa, Othon Mader (D.C., 31-7; págs. 7.276-79).

PESSOAL MILITAR

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto que regula as promoções dos oficiais do Exército (D.C., 28-7; página 7.071).

Aprovado com emenda o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar em reforço de dotação para pagamento de gratificações militares no Corpo de Bombeiros (D.C., 28-7; pág. 7.076).

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto que estende aos oficiais R-2 os benefícios do art. 1º da Lei n.º 288, de 1948, alterado pela Lei n.º 616, de 1949 (D.C., 30-7; pág. 7.179).

Lido o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito suplementar para pagamento de abono de família no Corpo de Bombeiros no D.F. (D.C., 31-7; pág. 7.247).

O deputado Lopo Coelho apresentou projeto de lei que dispõe sobre o desligamento dos Cadetes do Ar da Escola de Aeronáutica, vítimas de acidente de aviação (D.C., 31-7; pág. 7.254).

No Senado Federal

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que reajusta os vencimentos dos Cabos e soldados da Polícia Militar do Distrito Federal e dos cabos e bombeiros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Durante a discussão falou o Sr. Vitorino Freire (D.C., 28-7; pág. 7.090).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a designação de comissão especial para relatar o projeto que concede pensão à viúva do Diretor da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (D.C., 28-7; pág. 7.073).

Aprovados em primeira discussão os seguintes projetos: concede pensão especial à viúva do ex-magistrado Francisco Gonçalves Campos; idem à viúva do Coronel Antônio Antunes Alencar; e idem à viúva do Agrônomo Amaury Poggi de Figueiredo (D.C., 28-7; pág. 7.076).

Iniciada a votação, em discussão única, do projeto do Senado que altera dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho (D.C., 29-7; pág. 7.135).

O deputado João Cabanas apresentou projeto que regula as dotações orgântarias da Fundação da Casa Popular, de modo a serem aplicadas proporcionalmente nos municípios de acordo com os seus habitantes (D.C., 30-7; pág. 7.182).

Foi a imprimir, com emenda do Senado e parecer da comissão, o projeto que autoriza abertura de crédito para pagamento de aposentados do Território do Rio Branco (D.O., 31-7; pág. 7.243).

Com parecer, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar para pagamento de salário-família no C.I.C. (D.C., 1-8; pág. 13). Idem, idem para o mesmo fim na C.V.S.F. (pág. 14).

No Senado Federal

Aprovada, em discussão única, a redação final à emenda do Senado ao projeto de Lei da Câmara que concede pensão especial de Cr\$ 2.590,00 mensais a viúva e filho inválido do Delegado Afrânio Palhares (D.C., 28-7; página 7.093).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que reabre os prazos referidos pelos § 3º do art. 29, da Lei n.º 488, de 15-11-48, e art. 1º da Lei n.º 1.063, de 13-2-50 (D.C., 29-7; pág. 7.150).

Encerrada a discussão do projeto de Lei da Câmara que concede a pensão mensal de Cr\$ 4.000,00, a viúva e filhas solteiras do Prof. Arduino Fontes Bolívar e respectiva emenda; voltando o projeto e emenda às comissões técnicas (D.C., 30-7; pág. 7.202).

SALÁRIO DOS JORNALISTAS

No Senado Federal

Aprovado o requerimento de urgência para imediata discussão e votação do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a remuneração mínima dos jornalistas. Durante a discussão falou o Sr. Mozart Lago (D.O., 28-7; páginas 7.086-88).

Foi lido, na discussão única, o parecer do senhor Anísio Jobim, relator do projeto de lei da Câmara, que dispõe sobre a remuneração mínima dos jornalistas. Durante o debate ocuparam a tribuna os seguintes senadores: Kerginaldo Cavalcanti, Ivo d'Aquino, Ismar de Góis e Bernardes Filho (D.C., 30-7; págs. 7.200-01).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito suplementar para atender às despesas decorrentes da intensificação das obras de saneamento no Rio Grande do Sul (D.C., 29-7; página 7.120).

Com emenda do Senado, é devolvido à Câmara o projeto que autoriza abertura de crédito especial destinado ao combate ao câncer em todo o país (D.C., 31-7; página 7.218).

O deputado Campos Vergal apresentou projeto que abre ao M.E.S. crédito especial para construção de um pavilhão destinado aos serviços do Instituto Psico-Pedagógico de Jacarepaguá, D.F. (D.C., 31-7; pág. 7.254).

No Senado Federal

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que torna obrigatória a iodetação do sal de cozinha destinado a consumo alimentar nas regiões bocígenas do país (D.C., 29-7; pág. 7.149).

Chega ao Senado Federal, o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 10.700.000,00 destinado ao Serviço Nacional da Malária (D.C., 30-7; pág. 7.198).

SÉLO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Na Câmara dos Deputados

Rejeitado o projeto, bem como as emendas apresentadas, que dá novo valor ao sêlo de Educação e Saúde e modifica a sua denominação (D.C., 28-7; pág. 7.073).

TOMADA DE CONTAS

Na Câmara dos Deputados

Publicado um parecer sobre a tomada de contas da execução orçamentária referente à verba "Dívida Pública" (D.C., 31-7; pág. 7.212).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Acompanhado de pareceres, foi a imprimir o projeto que autoriza o Poder Executivo a ampliar a concessão dada a The Western Telegraph Company Ltd. no sentido de instalar e explorar o seu serviço telegráfico em João Pessoa, Paraíba (D.C., 28-7; pág. 7.054).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dá o nome de "Presidente Epitácio Pessoa" à "Rodovia Transnordestina" (D.C., 28-7; pág. 7.056).

Aprovado em segunda discussão o projeto que dispõe sobre o transporte aéreo da correspondência postal no interior e no exterior por empresas brasileiras (D.C., 28-7; página 7.074). Publicada a redação final (D.C., 1-8; página 16).

Com pareceres das comissões, foi a imprimir o projeto que autoriza o Poder Executivo a estabelecer requisitos para instalações de rádio a bordo das aeronaves nacionais, e à operação dessas instalações, na conformidade do disposto nas convenções e regulamentos internacionais aplicáveis à matéria (D.C., 29-7; pág. 7.111).

O deputado José Guimarães apresentou projeto que denomina "Dois de Julho" o aeroporto de Ipatinga, em Salvador, Bahia (D.C., 29-7; pág. 7.123).

Tendo pareceres contrários da Comissão de Finanças, foram a imprimir os projetos que autorizam a abertura de créditos especiais para construção de aeroportos em Reserva, Paraná, São Vicente, São Paulo e Corumbá, Mato Grosso (D.C., 30-7; pág. 7.171).

Com pareceres, foram a imprimir os seguintes projetos: autoriza abertura de crédito especial para pavimentação dos ramais que ligam as cidades de Jacarí, São José dos Campos etc., à Rodovia Presidente Dutra; idem para a construção de um cais de proteção na cidade de São Miguel dos Campos, Alagoas; e cria dois Distritos de primeira classe no D.N.O.S. (D.C., 31-7; págs. 7.219-20).

O deputado João Cabanas apresentou projeto que concede 500 metros de cais nos portos do Distrito Federal, Santos, Angra dos Reis, aos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Norte do Paraná, para embarque e desembarque de produtos (D.C., 31-7; pág. 7.228).

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto que autoriza a instalação de agências postais em povoados do Estado de Alagoas (D.C., 31-7; pág. 7.254).

Publicadas as redações finais dos seguintes projetos: autoriza o Poder Executivo a construir edifício sede para o Quartel General da 2.ª Região Militar, em São Paulo; e autoriza abertura de crédito especial para ocorrer às despesas com a reparação e restauração dos Teatros da Paz, em Belém, e do Amazonas, em Manaus (D.C., 1-8; pág. 16).

No Senado Federal

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais (D.C., 28-7; pág. 7.086).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a designação de comissão especial para relatar o projeto que regula a publicidade governamental e dá outras providências (D.C., 28-7; pág. 7.073).

Em discussão única, foi aprovada a emenda do Senado ao projeto que dispõe sobre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (D.C., 28-7; pág. 7.073). Foi a imprimir a redação final (D.C., 1-8; pág. 16).

Oriundo do Senado, foi aprovado o projeto que autoriza o Poder Executivo a erigir em Belém, Estado do Pará, um monumento à memória de Pedro Teixeira (D.C., 28-7; pág. 7.073).

Em virtude de emenda, volta às comissões o projeto que dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos (D.C., 28-7; pág. 7.076).

Lido na hora do expediente o projeto de iniciativa do Poder Executivo que dispõe sobre a fixação das taxas e anuidades devidas aos Conselhos de Engenharia e Arquitetura nos termos de dispositivos do Decreto-lei nº 8.620, de 1946 (D.C., 29-7, pág. 7.121).

Com parecer favorável da Comissão de Justiça, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre a corrupção de menores (D.C., 30-7, pág. 7.475).

O deputado Paulo Lauro apresentou projeto que declara históricos os municípios de São Vicente, São Paulo, e Salvador, Bahia (D.C., 30-7, pág. 7.180).

Foram apresentados pelo deputado João Cabanas os seguintes projetos: considera assinantes compulsórios de jornais os que, no prazo de 15 dias, receberem gratuitamente exemplares de empresas jornalísticas sem aviso para a suspensão da remessa de seus diários; considera de utilidade pública a Associação Brasileira dos Municípios e a Associação Paulista dos Municípios e abre créditos especiais para a conclusão de suas sedes; e concede aos prefeitos e vice-prefeitos, aos presidentes e vice-presidentes de Câmaras Municipais e aos vereadores, desconto nas passagens em transportes coletivos (D.C., 30-7, págs. 7.182 e 7.183).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre a impressão de selos postais comemorativos do I Centenário da Fundação de Teresina (D.C., 31-7; página 7.219).

Lido na hora do expediente o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para atender as despesas com a construção de um pedestal para a estátua do Barão do Rio Branco, na praça do mesmo nome em Uruguaiana, R.S. (D.C., 31-7, pág. 7.223).

Do deputado João Cabanas, foram a imprimir os seguintes projetos: proíbe o desembarque em portos do território nacional e passagem nas fronteiras, de qualquer automóvel de passeio que não seja da classe jeeps, na condição de importados ou na condição de bagagem; e concede abatimento nas passagens ferroviárias às famílias de ferroviários, bem como concede abatimento de passageiros a todo e qualquer operário aos sábados e domingos, para percursos nunca superiores a 60 quilômetros (D.C., 31-7, pág. 7.229).

Com pareceres das comissões, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre as atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso no território nacional a estrangeiros (D.C., 31-7, pág. 7.244).

Publicada a redação final do projeto que isenta do visto consular aos turistas, cidadãos de países americanos (D.C., 1-8, pág. 16).

O deputado Gustavo Capanema apresentou projeto de resolução criando uma Comissão Especial para substituir as Comissões Permanentes no que concerne ao exame das emendas do Senado Federal aos projetos originários da Câmara dos Deputados (D.C., 1-8, pág. 22).

No Senado Federal

Foi adiada a primeira discussão do projeto de lei do Senado que altera o Código Eleitoral (D.C., 29-7, página 7.152).

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sobre o projeto de lei que agrupa num quadro geral os cargos e funções dos diversos Ministérios e órgãos subordinados à Presidência da República; do Ministério das Relações Exteriores, sobre cumprimento de lei que diz respeito ao pessoal da Comissão Demarcadora de Limites; do Ministério da Guerra, sobre projeto de lei relacionado com o Q.A.O.; do Ministério da Educação, sobre construção de posto de saúde em Junqueiro, Alagoas (D.C., 28-7, pág. 7.050).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Finanças, solicitando a audiência do Ministério da Educação para projeto que concede auxílio para as despesas com a realização do I Congresso Nacional de Professores Primários; do deputado Bilac Pinto, sobre os empréstimos feitos pelos I.A.P. e C.A.P., nos anos de 1951 a 1953, no Estado de Minas Gerais; do deputado Alberto Deodato, sobre os juros e prazo do pagamento do empréstimo de trezentos milhões de dólares feito pelo Eximbank, respectivamente, ao nosso país e ao governo argentino; do deputado Armando Falcão, sobre atividades desenvolvidas pelos cidadãos que especifica; do deputado Celso Peçanha, sobre o não cumprimento, por parte do M.E.S., de legislação que beneficia servidores do Serviço Nacional de Febre Amarela; do deputado Fernando Ferrari, sobre servidores dos Ministérios da Aeronáutica e da Guerra, em exercício no exterior; do deputado Aliomar Baleeiro, sobre as atividades do Serviço Social da Indústria (D.C., 28-7, página 7.063).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Guerra, sobre projeto que cria o posto de Capitão no Q.A.O. (do mesmo, sobre projeto que assegura estabilidade aos sargentos das Forças Armadas e Auxiliares); do Ministério da Viação, sobre projeto que doa terreno da União para a Casa do Ferroviário; e do Ministério da Fazenda, sobre financiamento da lavoura algodoeira da Bahia (D.C., 29-7, págs. 7.108-10).

Lidas na hora do expediente da sessão de 29 de julho as informações do Ministério da Marinha sobre vida funcional de prático-mor (D.C., 30-7, pág. 7.169).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Finanças, pedindo audiência do Ministério da Viação para projeto que abre crédito para atender a despesas da E.F. Ilhéus; da mesma, sobre projeto que autoriza emissão de selos postais comemorativos do 4º Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo; da Comissão de Tomada de Contas, sobre contrato de professor para a Escola de Transmissões do Exército; e da mesma, sobre contrato que interessa ao M.A. (D.C., 30-7, pág. 7.179).

Lidas as seguintes informações: do Ministério da Aeronáutica, sobre concorrência para os trabalhos de pavimentação a concreto da pista do aeroporto de Ilhéus; do Ministério do Trabalho, sobre aplicação de verbas pela C.O.A.P. do Rio Grande do Norte; e do Ministério das Relações Exteriores sobre projeto de lei que abre crédito para construção de monumento a José Bonifácio de Andrade e Silva, em Nova Iorque (D.C., 31-7, pág. 7.217).

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Lima Figueiredo, sobre a obrigatoriedade da concessão, pelos diretores de Estradas de Ferro, de abatimentos até 40% nos fretes de materiais destinados a obras municipais; do deputado Breno da Silveira, sobre nomeação e portarias de designação de atual chefe da Divisão do Pessoal Civil do M.G. e de chefes de seções; do deputado Tarso Dutra, sobre a admissão de Assistente Jurídico em todos os Ministérios; do deputado Dilermundo Cruz, sobre a exploração de manganês nacional pela Alemanha, sobre manganês do Estado de Minas, e sobre o horário de trabalho dos guardas do Presídio do D.F.; do deputado Heitor Beltrão, sobre atraso de pagamento de abono ao pessoal da Caixa de Crédito da Pesca em Angra dos Reis; do deputado Manuel Ribas, sobre a situação das obras de construção do porto de Antonina, Paraná; do deputado Frota Aguiar, sobre a importação de farinha de trigo que teria sido considerada delito de contrabando (D.C., 31-7, página 7.225).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Guerra, sobre projeto de lei que dispõe a respeito de subalternos do Exército; do mesmo, sobre o mesmo assunto; do mesmo, sobre projeto referente a pessoal que tomou parte nas operações de guerra do Contestado; do Ministério da Viação, sobre pagamento de vantagens ao pessoal da R.V.P.S.C.; do Ministério da Fazenda, sobre expediente remetido ao Congresso (D.C., 1-8, págs. 9-10).

No Senado Federal

Deferido o requerimento do Senador Vitorino Freire solicitando informações sobre assuntos da administração do I.A.P.C. (D.C., 29-7, pág. 7.149).

Deferido o requerimento do Senador Mozart Lago solicitando informações sobre irregularidades verificadas nas fronteiras do Chuí, que têm atingido principalmente os turistas (D.C., 30-7, pág. 7.200).

Recebidas informações do Ministério das Relações Exteriores sobre fatos ligados ao direito de asilo e relacionados com a Embaixada do Brasil em Buenos Aires (D.C., 31-7, pág. 7.269).

O Senador Vitorino Freire requereu, por intermédio da Mesa, informações sobre gratificação no I.A.P.C. (D.C., 31-7, pág. 7.274).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Abelardo Mata (D.C., 28-7, pág. 7.072).

Publicado o parecer sobre as emendas do plenário ao relatório da Comissão de Inquérito sobre as atividades do C.C.P. (D.C., 29-7, pág. 7.105).

Foi a imprimir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina pelo arquivamento de memorial que

pleiteia seja declarado feriado nacional o dia 8 de maio (D.C., 31-7, pág. 7.224).

Aprovado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Carvalho Neto (D.C., 31-7, pág. 7.234).

Lidos os seguintes expedientes na sessão de 31 de julho: da Federação das Indústrias de São Paulo, sobre projeto de lei do deputado Herbert Levy; da mesma, sobre projeto de lei que dispõe sobre pessoal empregado nos prédios residenciais; da mesma, sobre projeto de lei que dispõe sobre bens de sociedades anônimas; do Clube de Engenharia, sobre o Projeto n.º 1.082 (D.C., 1-8, págs. 9-12).

No Senado Federal

Aprovada a redação final do projeto de resolução que concede licença ao Senador Novais Filho para participar da representação do Brasil na Conferência Internacional do Açúcar (D.C., 28-7, pág. 7.093).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram, na sessão de 27 de julho, os seguintes senhores deputados: Mirocles Veras sobre a captação das águas do Açu de Cajazeira; Manuel Ribas sobre o Município de Morretes, Paraná; Oscar Carneiro sobre desastre ocorrido em caminhão procedente do Nordeste; Abelardo Mata, encaminhando requerimento pedindo informações acerca da situação em que se encontra a barreira do Distrito Federal, na Rodovia Presidente Dutra; Epílogo Campos sobre o projeto visando a criação da Universidade do Pará; Frotinha Aguiar, sobre a renovação do contrato da Telefônica; Gama Filho, para ler telegrama contrário ao projeto que equipara a concubina à legítima esposa; Ruy Araújo, acerca do ato que nomeou o Sr. Dr. Artur César Ferreira dos Reis para Superintendente da Valorização Económica da Amazônia; Magalhães Melo, acerca do projeto que visa reestruturar os níveis dos vencimentos de jornalistas profissionais; Coutinho Cavalcanti, sobre o Tratado de Paz na Coréia; Felix Valois, para prosseguir na análise de política partidária que vinha fazendo; Afonso Arinos, sobre o projeto que trata de medidas urgentes em favor dos lavradores; sobre o mesmo assunto falou, também, o Sr. Gustavo Capanema; Lima Figueiredo e Augusto Meira quando da discussão única do projeto que autoriza o Poder Executivo a erigir na cidade de Belém, Pará, um monumento em memória de Pedro Teixeira; João Cabanas, quando da discussão do projeto que abre crédito para auxílio às comemorações do III Centenário da fundação da cidade de Sorocaba, S.P.; Tenório Cavalcanti sobre irregularidades no D.N.E.R.; Luiz Garcia a respeito do Monsenhor Olímpio de Sousa Campos; Antenor Bogéia acerca da falta de transporte no Nordeste; Adahil Barreto para encaminhar projeto que facilite aos profissionais da Agronomia e da Veterinária o seu estabelecimento em empresas agropecuárias; Oscar Carneiro sobre desastre ocorrido com caminhão carregado de 63 nordestinos.

Falaram, na sessão de 28 de julho, os seguintes senhores deputados: João Camilo acerca do Padre Antônio; Otávio Lôbo lendo memorial de apelo ao Sr. Presidente da República para permanência à frente do I.A.P.B. continuar o Dr. Francisco Túlio Peixoto de Alencar; Benedito Vaz solicitando esclarecimento sobre demolições de prédios de ensino primário federais no Estado de Goiás; André Araújo sobre a nomeação do Dr. Artur César Ferreira Reis para Superintendente da Valorização Económica da Amazônia; Adahil Barreto acerca da assinatura do armistício na Guerra da Coréia; Vasconcelos Costa indagando ao Poder Executivo quais as estradas que a União está a construir no Estado de Minas Gerais; Dolor de Andrade apelando à Superintendência da Moeda e do Crédito, a fim de que solucione o processo em que o Banco Nacional de Comércio e Produção solicita autorização para instalação de agências; Gama Filho acerca do montepio insignificante deixado por um guarda-civil; Mirocles Vera em torno do discurso do deputado Maurício Joppert que dissertara sobre a desobstrução de rios e canais; Alcides Carneiro acerca do falecimento do vereador Felix Araújo; Lameira Bittencourt

sobre questões do Regimento Interno; Felix Valois acerca do falecimento do vereador Felix Araújo; ainda sobre o mesmo assunto falou o deputado João Agripino; Gustavo Capanema acerca da terminação da guerra na Coréia; sobre o mesmo assunto falou, ainda, o deputado Luiz Garcia; Aluísio de Castro, Fernando Ferrari, Samuel Duarte e Dilermando Cruz para encaminharem a votação do projeto de lei do Senado que altera dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho.

Falaram, na sessão de 29 de julho, os seguintes senhores deputados: Armando Falcão acerca da imprensa brasileira, Manuel Ribas, encaminhando requerimento no qual solicita informações da situação em que se encontram as obras do Porto de Antonina, no Estado do Paraná; Oscar Carneiro, sobre os aços públicos no Estado de Pernambuco; Epílogo Campos a respeito do aniversário da Independência da República do Peru; Antunes de Oliveira, acerca de problemas educacionais; João Agripino, para ler telegrama a respeito do falecimento do vereador Felix Araújo; Getúlio Moura apelando ao senhor Presidente da República no sentido de liberar a verba consignada no orçamento da União destinada à pavimentação da estrada de Madureira a Cabuçu; Celso Peçanha, acerca de questões políticas relativas a municípios; Chagas Rodrigues, sobre o problema das sécas no Estado do Piauí; Samuel Duarte, acerca do falecimento do vereador Felix Araújo; Mirocles Vera, enviando à Mesa para ser lido telegrama de apelo ao presidente do I.A.P.C.; Aliomar Baleeiro, acerca da empresa ERICA; bem como quando da discussão do projeto que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1954; Nelson Omegna a respeito da produção nacional e Tenório Cavalcanti, sobre as informações recebidas do comandante Lemos Bastos, diretor do Lóide Brasileiro.

Na sessão de 30 de julho, falaram os seguintes senhores deputados: Benjamim Farah, sobre os funcionários do D.N.O.C.S.; Armando Falcão acerca do rumoroso caso do Jornal "Última Hora"; Fernando Ferrari, sobre projeto de abono, tendo em vista o art. 18; Chagas Rodrigues, acerca do projeto que cria o Instituto do Babaçu; Vasconcelos Costa, sobre apelo da Assembléia Legislativa de Goiás, acerca da construção da rodovia que ligará Belo Horizonte-Goiânia; Medeiros Neto, sobre a campanha nacional de educandários gratuitos; Celso Peçanha, reclamando concessão de salário-família aos operários da Destilaria Central, de Martins Laje, no Estado do Rio; Muniz Falcão a respeito do projeto que federaliza a Escola Técnica de Alagoas; Rui de Almeida, a respeito do contrato da Companhia Telefônica do D.F.; Chagas Rodrigues, Nelson Omegna, Joaquim Ramos, Gustavo Capanema, Paulo Nery, Fernando Ferrari, Orlando Dantas e Tenório Cavalcanti quando da votação que estima a receita e fixa a Despesa da União; Nelson Carneiro, Guilhermino de Oliveira, Afonso Arinos, Alberto Botinó, Ruy Santos, Crepory Franco ainda no encaminhamento da votação do projeto que estima a receita e fixa a despesa da União.

Na sessão de 31 de julho falaram os seguintes Deputados no encaminhamento da votação do requerimento que pedia a suspensão dos trabalhos em sinal de pesar pelo falecimento do Senador Clodomir Cardoso: Crepory Franco, Vasconcelos Costa, Paulo Ramos, Alberto Botinó, Felix Valois, Coelho de Sousa, Moreira da Rocha, Brígido Tinoco, Nelson Carneiro, Aliomar Baleeiro e Armando Falcão (D.C., 1-8, pág. 22).

No Senado Federal

Ocupou a tribuna, na sessão de 27 de julho, o senador Alfredo Neves para falar sobre o porto de Itacuruçá.

Falaram, na sessão de 28 de julho, os seguintes senhores senadores: Hamilton Nogueira sobre a propalada reforma da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal; Alencastro Guimarães sobre o episódio do Cadillac do Ministro da Fazenda e Kerginaldo Cavalcanti a respeito da paz na Coréia.

Falaram, na sessão de 29 de julho, os seguintes senhores senadores: Apolônio Sales, acerca de questões agrícolas, Mozart Lago fazendo considerações sobre os jornais

da capital federal e Alfredo Neves acerca da inscrição no Livro do Mérito do Dr. Olympio Olinto de Oliveira.

Falaram, na sessão de 30 de julho, os seguintes senadores: Domingos Velasco acerca da Convênio Nacional do Partido Socialista, Mozart Lago sobre o projeto que estabelece o salário mínimo de jornalistas e Kerginaldo Cavalcanti para dar conhecimento a Casa de seu voto vencido ao projeto que regula a situação jurídica dos jornalistas.

Na sessão de 31 de julho falaram os seguintes senadores: acerca do falecimento do Senador Clodomir Cardoso: Antônio Baima, Atílio Vivacqua, Mozart Lago, Marcondes Filho e Domingos Velasco.

AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Apresentados os seguintes projetos: pelo Deputado Álvaro Castelo, o que autoriza abertura de crédito especial para a aquisição de 10 helicópteros destinados ao combate às pragas da lavoura; pelo Deputado João Cabanas, o que obriga o uso, para feitura de artigos, de 50% de borracha pura, natural, e o que estabelece a obrigatoriedade da discriminação das percentagens das matérias-primas para a feitura de pão, doces, biscoitos, caldas, conservas, gorduras, manteigas, queijos, café moído, óleos de cozinha e de mesa e dá outras providências (D.C. 5-8; pág. 89).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 1.163, de 2-8-50 (D.C. 5-8; pág. 22).

ANULAÇÃO DE CASAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório e parecer para estudo ao projeto que regula a anulação de casamento por erro essencial quanto às qualidades pessoais do outro cônjuge (D. C. 6-8; pág. 114).

AUTONOMIA

No Senado Federal

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que exclui da classificação constante do artigo 1.º da lei n.º 121, de 22-10-47, os municípios de Guarulhos, SP e Florianópolis e São Francisco, SC (D.C. 7-8; pág. 70).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que concede contribuição financeira à Associação Brasileira de Normas Técnicas (D.C. 5-8; pág. 75).

Foram apresentados os seguintes projetos: pelo Deputado Vasconcelos Costa o que autoriza a abertura de crédito especial para auxiliar a Santa Casa de Misericórdia de Sabará, MG.; pelo Deputado Ostoja Roguski, para subvencionar o VI Congresso Nacional de Tuberculose; e pelo Deputado Campos Vergel, o que concede auxílio destinado às despesas com a realização, em São Paulo, do II Congresso Espírita Brasileiro (D.C. 5-8; pág. 86 e 88).

Aprovada a redação final dos projetos que: concede auxílio para ocorrer às despesas com a reparação e restauração dos Teatros da Paz, em Belém e do Amazonas, em Manaus; idem, para as despesas com a instalação da Casa Euclidiiana, em São José do Rio Pardo, SP.; idem, para cobrir "deficits orçamentários da Fundação Cristo

Redentor; e idem, para auxiliar a realização do V Congresso Nacional de Jornalistas (D.C. 5-8; pág. 94).

Foi lido, na sessão noturna de 5 de agosto, o projeto do Poder Executivo que concede inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal (D. C. 6-8; pág. 153).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que concede, por intermédio do M.E.S., o auxílio anual de Cr\$ 1.500.000,00 à Policlínica Geral do Rio de Janeiro (D.C. 4-8; pág. 12).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para atender às despesas com a realização do V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (D.C. 6-8; pág. 52).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a realização da III Festa Nacional do Trigo (D.C. 7-8; pág. 64).

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres contrários, foi a imprimir o projeto que altera a Lei n.º 1.184, de 30-8-50, que dispõe sobre o Banco de Crédito da Amazônia e dá outras providências (D.C. 5-8; pág. 77).

CÓDIGO ELEITORAL

No Senado Federal

Foi aprovado, em primeira discussão, o projeto de Lei do Senado que altera o Código Eleitoral. Para encaminhar a votação falaram os Senadores Ferreira de Souza e Aluizio de Carvalho (D.C. 7-8; pág. 72).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir o projeto da Comissão de Tomada de Contas que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Augusto Rocha Neto, regulando a execução de obras de irrigação das terras de sua propriedade (D.C. 8-8; pág. 192).

No Senado Federal

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, as redações finais dos seguintes projetos de decretos legislativos: a) que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Paulo Joaquim Jasson Coutinho, para a função de Técnico especializado do Laboratório de Aerodinâmica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica; b) que autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e André J. Maia, para desempenhar a função de professor de Motores no Instituto Tecnológico de Aeronáutica; c) que mantém o ato do T.C. que registrou, sob reserva, a despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 124.280,00, à firma ASCA, Aparelhos Científicos Ltda., por fornecimento de material ao Curso Técnico de Mineração e Metalurgia de Ouro Preto, MG. d) que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e a Comércio e Indústria Barbosa & Marques S.A., para exploração mediante arrendamento de uma usina de preparo de café, construída e instalada pelo referido Ministério no Município de Carterola, MG.; e) que aprova o contrato de empreitada, celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do MES e a firma A. Pereira Gonçalves, para execução de obras de pequeno vulto destinadas ao abastecimento de energia elétrica ao pavilhão de adolescentes, da Colônia

Juliano Moreira, DF.; f) que mantém a decisão por que o Tribunal de Contas denegou registro ao termo de contrato celebrado entre o M.A. e a firma Companhia Fabio Bastos, Comércio e Indústria, para execução de obras de instalação do equipamento do entreposto de pesca de Vitória, Estado do Espírito Santo (D.C. 4-8; pág. 12).

Chega ao Senado o projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre a Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas e a firma MESBLA (D.C. 6-8; pág. 52).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que reforma a decisão do Tribunal de Contas que recusou o registro do contrato celebrado entre o D.C.T. e Wolney Frederico Dantas Nupsel; e b) que aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do M.V.O.P. e a firma M.S. Lino & Cia. Ltda. (D.C. 6-8; pág. 54).

Chegaram ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: a) que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o M.A. e a Firma Moraes Régo S.A., b) que aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Byington & Cia. e c) que aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Matias Olímpio de Melo e sua mulher (D.C. 7-8; página 65).

Foi a imprimir com pareceres das comissões técnicas o projeto de decreto legislativo que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do contrato celebrado entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Cavalcanti Junqueira (D.C. 7-8; página 65).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de decreto legislativo que aprova o termo de contrato celebrado entre o D.N.O. contra as Sêcas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico (D.C. 8-8; pág. 95).

CRIMES CONTRA A PÁTRIA

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente da sessão noturna de 5 de agosto o projeto do Poder Executivo que define os crimes de infidelidade à Pátria e de hostilidade à forma do Governo e dá outras providências (D.C. 6-8; pág. 152).

DOAÇÃO

No Senado Federal

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás (D.C. 6.8., pág. 56).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza a União a doar à Federação das Indústrias do Estado de Goiás, o lote de terras números 70, 68, 35 e 33, da Quadra n.º 69, Setor Central de Goiânia (D.C. 8.8., página 93).

EDUCAÇÃO

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos Institutos federalizados de ensino superior (D.C. 8.8., pág. 95).

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que aplica aos Corretores, Câmaras Sindicais, Juntas, Bólsas de Mercadorias e Caixas de Liquidação de todo o país a legislação anteriormente decretada para o Distrito Federal (D.C. 4.8. pág. 41).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

O deputado Alvaro Castelo apresentou projeto que altera o artigo 33, § 1º, da Consolidação das Leis do Imposto de Renda (D.C. 5.8., pág. 87).

Aprovadas as seguintes redações finais: dispõe sobre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; e dispõe sobre os encargos de família que podem ser abatidos da renda bruta para efeito de pagamento do imposto de renda (D.C. 5-8; pág. 94).

Prevista a urgência para o projeto que restrutura e reorganiza a fiscalização do imposto de renda (D.C. 5.8., pág. 94).

Com parecer favorável, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito suplementar em reforço à verba 3 — Serviços e Encargos — Anexo nº 19 (D.C. 6.8., pág. 124).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.750.000,00 para pagamento de despesas com a manutenção da hospedaria de Corinto e dos postos de pouso e recuperação em Pirapora e Monte Azul (D.C. 5.8., página 22).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 486.054,30, para pagamento das despesas efetuadas pela Delegação representativa do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e Comerciais (D.C. 6.8., pág. 52).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 2.756.439,80, para atender despesas relativas aos exercícios de 1950, 1951 e 1952 (D.C. 7.8., pág. 66).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 28.000,00, para atender o pagamento de despesa com Luz e Fôrca da Estrada de Ferro Central do Piauí (D.C. 7.8., pág. 72).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 34.000.000,00, para cobrir os "deficits" orçamentários da Fundação Abrigo do Cristo Redentor (D.C. 8.8., pág. 93).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 35.208.308,90, para completar o pagamento da quota devida aos municípios e relativa ao imposto de consumo (D.C. 8.8., pág. 96).

FÔRÇAS ARMADAS

No Senado Federal

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que regula a Divisão Militar do Território Nacional para o emprêgo combinado das Fôrças Armadas e cria as zonas de defesa (D.C. 6.8., pág. 54).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação para segunda discussão do projeto que concede à COFAP isenção de direito de importação para a importação de gêneros alimentícios de primeira necessidade e artigos de indispensável consumo popular que

adquirir de acordo com a Lei n.º 1.522, de 1951 (D.C. 5.8., pág. 78).

O deputado Ulysses Guimarães apresentou projeto que concede isenção de direitos de importação para equipamento destinado à instalação da primeira fábrica de chapas de fibras de madeiras prensadas (D.C. 6.8., pág. 154).

No Senado Federal

Foi aprovado, em discussão única, o projeto de lei da Câmara que isenta de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, material elétrico destinado às Prefeituras Municipais de Unaí no Estado de Minas Gerais, Santa Cruz e Cristalina, no Estado de Goiás, e Sapé, no Estado da Paraíba. Durante a discussão falou o Senador Ferreira de Souza (D.C. 7.8., pág. 71).

LAVOURA CAFEEIRA

Na Câmara dos Deputados

O deputado Alvo Castelo apresentou projeto que prorroga os prazos de pagamento dos empréstimos feitos pelo Banco do Brasil aos cafeicultores das regiões atacadas pela broca (D.C. 8.8.; pág. 87).

Com pareceres, foi a imprimir o projeto que dispõe sobre o financiamento das lavouras de café (D.C. 8.8., pág. 193).

LEI DE ACIDENTES DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Em discussão única, foi aprovado o projeto do Senado que altera dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho (D.C. 6.8., pág. 156).

LICENÇA PRÉVIA

Na Câmara dos Deputados

Iniciada a segunda discussão do projeto que prorroga pelo prazo de seis meses a vigência da Lei n.º 842, de 4-10-49, que subordina ao regime de licença prévia o nosso intercâmbio de importação e exportação com o exterior (D.C. 6.8., pág. 154).

MANDADO DE SEGURANÇA

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente da sessão noturna de 5 de agosto o projeto do Senado Federal que modifica, no tocante a ações rescisórias e mandados de segurança, os arts. 3.º, inciso II, 4.º, parágrafo único, 5.º, §§ 4.º, 5.º e 6.º, da Lei n.º 1.505, de 19 de dezembro de 1951 (D.C. 6.8., pág. 153).

ORÇAMENTO PARA 1954

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o Anexo n.º 12 — Conselho de Imigração e Colonização (D.C. 5.8., pág. 78).

Publicada a redação final do Anexo n.º 22 — Ministério da Marinha (D.C. 5.8.; pág. 79). Aprovada a redação final (D.C. 6.8., pág. 142).

Aprovada a redação final do Anexo n.º 2 — Congresso Nacional (D.C. 5.8., pág. 94).

Prosseguiu a discussão do Anexo n.º 7 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (D.C. 5.8., pág. 95). Em votação, foi aprovado (p. 99). Publicada a redação final (D.C. 6.8., pág. 133). Aprovada a redação final (D.C. 8.8., pág. 206).

Aprovado o Anexo n.º 8 — Comissão de Reparações de Guerra (D.C. 5.8., pág. 99). Publicada a redação

final (D.C. 6.8., pág. 135). Aprovada a redação final (D.C. 8.8., pág. 206).

Em discussão o Anexo n.º 6 — Estado-Maior das Forças Armadas (D.C. 5.8., pág. 99). Prosseguiu a discussão (D.C. 6.8., pág. 150). Aprovado com emendas (D.C. 8.8., pág. 209).

Com parecer, foram a imprimir os Anexos ns. 5 e 13, respectivamente, Departamento Administrativo do Serviço Público e Conselho Nacional do Petróleo (D.C. 6.8., pág. 125).

Em discussão o Anexo n.º 14 — Conselho de Segurança Nacional — aprovado com emendas (D.C. 6.8., pág. 143).

Foi a imprimir, com parecer, o Anexo n.º 11 — Conselho Nacional de Economia (D.C. 8.8., pág. 196).

Publicada a redação final do Anexo n.º 4 — Presidência da República (D.C. 8.8., pág. 198).

Iniciada a discussão do Anexo n.º 10 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (D.C. 8.8., página 213).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

O deputado João Cabanas apresentou projeto de resolução que cria a Seção de Estatística e Informações do Congresso Nacional, junto à Câmara dos Deputados (D.C. 5.8., pág. 89).

PESSOAL CIVIL

Na Câmara dos Deputados

Da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação adicional aos servidores do Tribunal de Contas (D.C. 5.8., pág. 78).

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto que estende os benefícios dos artigos 23 e 24 do A.D.C.T. aos inspetores de ensino federais dispensados de suas funções para exercerem outro cargo público (D.C. 5.8., pág. 86).

Lida na hora do expediente a emenda do Senado ao projeto que autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas com o pagamento de gratificação de magistério (D.C. 8.8., pág. 198).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MES, o crédito especial de 7.200,00 para pagamento de gratificação de magistério à professora Maria das Dores Pais de Bastos Ferrari (D.C. 4.8., pág. 13).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 151.366,30, para pagamento de gratificação devida a Assad Mumeri Abdenor, médico, classe L, do Q.P. do M. da Fazenda (D.C. 5.8., pág. 22).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que dispõe sobre a acumulação dos cargos públicos; b) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário o crédito que especifica; c) que dispõe sobre a criação, na carreira de Diplomata do Q.P. do M. Relações Exteriores de mais 20 cargos da Classe M, 10 na classe L e 15 na classe K e o restabelecimento de cargos isolados de provimento efetivo de Conselheiros Comerciais, no Q.P. do M. Relações Exteriores; d) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$... 27.703.000,00, destinado ao pagamento do aumento de salário dos servidores da Amazônia e da Administração do Pôrto do Pará; e e) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal — os

créditos suplementar e especial, respectivamente, de Cr\$ 261.000,00 e Cr\$ 1.250.250,00, para atender as despesas de abono de emergência e salário-família instituídos pela Lei n. 1.765 de 18-12-52 (D.C. 5.8., páginas 22, 23 e 28).

Fica adiada a votação do requerimento de destaque ao Projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das Autarquias. Durante os debates falaram os senhores: Melo Viana, Durval Cruz, Kerginaldo Cavalcanti, Ferreira de Souza, Atílio Vivaqua, e Ivo D'Aquino (D.C. 5.8., págs. 32-37).

Fica adiada a votação do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das Autarquias. Durante a discussão falaram os Senadores Atílio Vivaqua, Kerginaldo Cavalcanti e Othon Mader (D.C. 5.8., pág. 42).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P. — D.C.T. — o crédito especial de Cr\$ 252.000,00, para ocorrer ao pagamento de gratificação aos funcionários das agências postais telegráficas da Câmara dos Deputados e Senado Federal (D.C. 6.8., pág. 52).

Foram a imprimir com parecer das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que regula a situação dos sargentos do Exército excluídos pelo art. 143, da Lei do Serviço Militar e b) que modifica o parágrafo único do artigo 8º do decreto-lei n.º 9.976, de 10-11-43 (D.C. 6.8., pág. 54-55).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais e rejeitado o destaque e completamente mantida a expressão do artigo 1º. Durante os debates falaram os Senadores: Durval Cruz, Kerginaldo Cavalcanti, Aluizio de Castro, Bernardes Filho e Othon Mader (D.C. 6.8., pág. 58).

Foram a imprimir com pareceres das comissões técnicas os seguintes projetos de lei do Senado: a) que dispõe sobre a aplicação do artigo 15 da lei n.º 886, de 24-10-49 a funcionários nas condições já estabelecidas aposentados antes da publicação dessa lei e b) que computa como de serviço público da União o tempo de serviço exercido pelos estranumerários da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina (D.C. 7.8., págs. 65-6).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais (D.C. 7.8., pág. 67).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara, em discussão única, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.J.N.I., o crédito especial de Cr\$ 40.079,30, para pagamento de gratificação adicional, nos exercícios de 1950 e 1951 aos dentistas da T.U.M. daquele Ministério (D.C. 7.8., pág. 69).

Volta à Comissão de Serviço Público Civil o projeto de lei da Câmara que cria cargos de diplomatas, restabelecem com o título de Ministro para Assuntos Econômicos os cargos de Conselheiro Comercial do Q.P. do M.R.E. (D.C. 7.8., pág. 86).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — T.F.R. — os créditos suplementar e especial, respectivamente, de Cr\$ 240.000,00 e Cr\$ 1.147.750,00, para atender às despesas e abono de emergência e salário-família (D.C. 7.8., pág. 86).

Foram a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas, os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — D.C.T. — o crédito especial de Cr\$ 252.000,00 para ocorrer ao pagamento de gratificação aos funcionários das Agências Postais Telegráficas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e b) que promoverá a transferência para o Serviço da União, como estranumerários, dos empregados brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana (D.C. 8.8., página 93).

Lido e apoiado, voltando às Comissões Técnicas o projeto de lei do Senado que submete a criação de função pública ao princípio aplicado em relação aos cargos públicos (D.C. 8.8., pág. 99).

PESSOAL MILITAR

No Senado Federal

Foi a imprimir, com os pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que determina a reversão ao Serviço ativo do Exército do Tenente Coronel Mário Hermes da Fonseca (D.C. 5.8., pág. 27).

Foi a imprimir com os pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 para pagamento, na Polícia Militar do D.F. de ajuda de custo (D.C. 7.8., pág. 66).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as vantagens concedidas aos militares que servem nas guarnições do Içá (D.C. 8.8., pág. 96).

PLANO DE APROVEITAMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Na Câmara dos Deputados

Publicado o relatório e parecer da Comissão da Bacia do São Francisco ao projeto substituto da Comissão de Finanças que dispõe sobre o Plano de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco (D.C. 4.8., pág. 63).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Apresentados os seguintes projetos: pelo deputado Alvaro Castelo, o que concede pensão especial à viúva e filha menor do Senador Henrique de Novais; e pelo deputado Brochado da Rocha, o que fixa o mínimo de pensão ou provento pago pelos Institutos e Caixas da Previdência Social (D.C. 5-8, págs. 88-89).

Publicado o relatório da comissão especial ao projeto que reajusta a aposentadoria e pensões dos bancários (D.C. 8.8., pág. 185).

Lida na hora do expediente a emenda do Senado ao projeto que concede pensão especial à viúva e filho inválido do delegado Afrâncio Palhares (D.C. 8.8., pág. 192).

No Senado Federal

Foi a imprimir a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MJNI, o crédito especial de 2.697.600,00 para completar o pagamento das pensões vitalícias dos veteranos da campanha acreana. (D.C. 4.8., pág. 13).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que estende, para efeito de pensão, as prêmioções de que trata a lei n. 1.267, de 9-12-50, aos militares falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate à Revolução Comunista de 1935 (D.C. 5.8., pág. 28).

Foram a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas os seguintes projetos de lei da Câmara: a) que dispõe sobre operações imobiliárias pelo IPASE; e b) que releva a prescrição do prazo para habilitação de Dorvina Perez Mônaco ao montepíjo deixado por seu pai (D.C. 6.8., págs. 52-55).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei do Senado que dispõe sobre o pagamento de salário-família (D.C. 7.8., pág. 65).

Volta à Comissão de Redação o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre operações imobiliárias do IPASE. Durante a discussão falaram os Senadores Ferreira de Souza e Mozart Lago (D.C. 7.8., pág. 70).

Foi aprovado o projeto de lei da Câmara que estende, para efeito de pensão as promoções de que trata a lei n. 1.267, de 9-1-50, aos militares já falecidos que, em idênticas condições, hajam tomado parte no combate contra a revolução comunista em 1935 (D.C. 7.8., pág. 86).

SALÁRIO DOS JORNALISTAS

No Senado Federal

Foram lidos, na discussão única, os pareceres das Comissões Técnicas ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a remuneração mínima dos jornalistas. Durante os debates falaram os senhores Othon Mader e Ismar de Góes (D.C. 5.8., pág. 39).

São lidas e apoiadas várias emendas ao projeto que dispõe sobre a remuneração mínima aos jornalistas (D.C. 5.8., pág. 43).

Foi encerrada a discussão, voltando às Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a remuneração mínima dos jornalistas. Durante o debate, falaram os Senadores Mozart Lago e Gomes Figueiredo (D.C. 6.8., págs. 59-61).

Foi considerado inconstitucional o projeto que dispõe sobre a remuneração mínima dos salários dos jornalistas. Durante a discussão única, falaram os seguintes senadores: Anízio Jobim, Melo Viana, Mozart Lago, Bernardes Filho, Kerginaldo Cavalcanti, Assis Chateaubriand, Ferreira de Souza, Gomes de Oliveira, Domingos Velasco e Dario Cardoso (D.C. 8.8., págs. 100-111).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES e OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Aprovadas as seguintes redações finais: autoriza a construção do edifício para sede do Quaftel General da 2.ª Região Militar; e dispõe sobre o transporte da correspondência postal no interior e exterior por empresas brasileiras e estrangeiras (D.C. 5.8., pág. 94).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dá o nome de Washington Luiz à rodovia Rio-Petrópolis (D.C. 5.8., pág. 22).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei da Câmara que dá ao molhe acostável, construído na Praça Mauá, Pôrto do Rio de Janeiro, o nome de "Molhe Oscar Weinschenck". (D.C. 5.8., pág. 23).

Foi a imprimir, com parecer das Comissões Técnicas, o projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo M.V.O.P., o crédito especial de Cr\$ 1.659.475,60, para cobertura dos "deficits" verificados no exercício de 1945 e no 1.º trimestre de 1946, na exploração dos serviços da Companhia Italiana dei Cavi Telegrafici Sotto Marini (D.C. 6.8., pág. 55).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.V.O.P., o crédito especial de ... Cr\$ 94.500,00, para pagamento aos concessionários de portos (D.C. 7.8., pág. 67).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Alcides Lage apresentou projeto de lei que revoga os dispositivos de que trata a letra a do parágrafo 3.º letras b e d do parágrafo 4.º do artigo 50, do Decreto-lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais) (D.C. 4.8., pág. 45).

Publicada a redação final do projeto que dispõe sobre a naturalização de estrangeiros domiciliados no Brasil há mais de 10 anos ininterruptos, e que tiverem cônjuge ou filho brasileiro (D.C. 4.8., pág. 47).

Aprovada a redação final do projeto que isenta do visto consular aos turistas cidadãos de países americanos; idem sobre a naturalização de estrangeiros domiciliados no Brasil há mais de dez anos ininterruptos que tiverem cônjuge ou filho brasileiro (D.C. 5.8., pág. 94).

Apresentados os seguintes projetos do deputado Dilemundo Cruz; que proíbe a exportação de minério de manganês com teor metálico acima de 44%, das jazidas de Lafayette, Burnier, Saúde e Itabira, MG; e que autoriza a importação de carros de passeio por médicos que exarcem a profissão (D.C. 8.8., pág. 201).

No Senado Federal

Lido e apoiado o projeto de resolução que modifica os parágrafos 1.º, 3.º, 6.º e 9.º do artigo 155, da resolução n. 9 de 1952 (D.C. 5.8., pág. 33).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que institui o "Dia do Comerciante" (D.C. 6.8., pág. 52).

Foi a imprimir, com parecer da Comissão de Finanças o projeto de lei da Câmara que isenta de pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para obtenção de patente de invenção (D.C. 6.8., pág. 55).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a comemoração do primeiro centenário do nascimento de José do Patrocínio (D.C. 7.8., pág. 64).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que prorroga por mais 120 dias o prazo estipulado no artigo 13 da Lei n. 1.563, de 1-3-52 (D.C. 7.8., pág. 67).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo M.E.S., o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para custear despesas com a participação do Brasil na III Semana Internacional de Esportes Universitários (D.C. 8.8., pág. 93).

Foi a imprimir, com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a mandar, coligir e editar, em volumes, todos os trabalhos do Dr. Epitácio Pessoa (D.C. 8.8., págs. 94-95).

Foi a imprimir com pareceres das Comissões Técnicas o projeto de lei da Câmara que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M. da Guerra, o crédito especial de ... Cr\$ 1.200.000,00, para atender a despesas com efetivação da incorporação ao patrimônio da União, do prédio da R. dos Tupis, n. 723, em Belo Horizonte, M. G. (D.C. 8.8., pág. 96).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovados os projetos de resolução que concedem licenças aos deputados Vasconcelos Costa e Paulo Nery (D.C. 5.8., pág. 94).

Aprovado o projeto de resolução que concede licença para tratar de interesses particulares ao deputado Romeu Fiori (D.C. 6.8., pág. 142).

Idem ao deputado Antônio Peixoto, para tratamento de saúde (D.C. 8.8., pág. 206).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão de 3 de agosto falaram os seguintes senhores Deputados, no encaminhamento da votação do requerimento que solicitava fosse consignado em ata voto de pesar pelo falecimento do Deputado José Gaudêncio: Osvaldo Trigueiro, Oscar Carneiro, José Guimarães, Samuel Duarte, Vasconcelos Costa, Vieira Lins, José Joffily, André Araújo, Orlando Dantas, Raul Pila e Flores da Cunha (D.C. 4.8., pág. 47).

Falaram, na sessão de 4 de agosto, os seguintes senhores Deputados: Epílogo Campos acerca de problemas relativos a CEXIM; Oscar Carneiro sobre desastre ocorrido com nordestinos; Gama Filho sobre a situação dos funcionários da Rádio Clube do Brasil; Felix Valois a respeito de violências cometidas pelo Governo; Frota Aguiar acerca de visita feita aos Armazéns Frigoríficos; Antenor Bogéa sobre a nomeação do Dr. Dagmar Adroaldo Chaves para a Faculdade Fluminense de Medicine; Bilac Pinto sobre a política do Sr. Getúlio Vargas; Fernando Ferrari para encaminhar a votação de um requerimento de urgência ao projeto que diz respeito a reestruturação e reorganização da Fiscalização do Imposto de Renda; Bilac Pinto quando da discussão do projeto que estima a receita e fixa a despesa da União; Muniz Falcão sobre o tópico do Orçamento na parte relativa a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas; Vasconcelos Costa e Tenório Cavalcanti sobre a proposta orçamentária referente ao Conselho de Segurança Nacional.

Falaram, na sessão de 5 de agosto, os deputados: Aluísio Ferreira acerca do falecimento, em New York, de Parcifal Farquhar; Plácido Olímpio, sobre o programa de administração do Sr. Irineu Bornhausen; Vasconcelos Costa a respeito de telegrama recebido de funcionários da Rádio Mineira de Viação sobre o abono de emergência; Gama Filho sobre a portaria do Sr. Ministro da Educação referente a promover estudos à educação e à cultura; Wilson Cunha acerca do relevante serviço prestado no Estado do Espírito Santo pelo Serviço Especial de Saúde Pública; Carmelo D'Agostino sobre ofício recebido dos trabalhadores da Companhia Paulista de Estrada de Ferro que solicitava sua intervenção para evitar uma greve; Sá Cavalcanti sobre assuntos de educação; Benjamin Farah a respeito da posse das diretorias eleitas nos sindicatos; Mendonça Júnior para comunicar como representante na Câmara dos Deputados, na 9.ª Exposição Agropecuária de Carangola, o que ali observou; Celso Peganha sobre o Congresso de Previdência Social; Hugo Carneiro acerca de artigo publicado na imprensa sobre acordo firmado entre os presidentes das Comissões Executivas do P.S.D. e P.T.B. Serão Território do Acre; Ferreira Martins contra a orientação econômico-financeira do Governo Federal; Samuel Dyarte em torno da situação do Nordeste; João Cabanas sobre assuntos relativos a discursos pronunciados pelos Deputados Gustavo Capanema e Aliomar Baleeiro; Tarsio Dutra sobre o orçamento na parte relativa ao Conselho de Segurança Nacional; Fernando Ferrari sobre o mesmo assunto; Herbert Levy acerca de problemas relativos a CEXIM; Orlando Dantas quando da segunda discussão do projeto que prorroga o prazo da licença prévia; Guilhermino de Oliveira, Nelson Carneiro e Luiz Garcia por ocorrência da votação, em discussão única, do projeto que altera dispositivos da lei de acidentes do trabalho.

Falaram, na sessão de 6 de agosto, encaminhando a votação do requerimento de pesar pelo falecimento do ex-constituente Guaraci Silveira, os seguintes Deputados: Ulisses Guimarães; Benjamin Farah; Dolor de Andrade, Ranieri Mazzilli, Paulo Abreu, Iris Meindberg, Dilermando Cruz (D. C. 7.8., pág. 172).

Na sessão de 7 de agosto, falaram os seguintes senhores deputados: Diniz Gonçalves para o necrológio da Leonardo Gomes de Carvalho Leite; Manoel Ribas sobre pagamento de abono de emergência no Poder Judiciário; Leopoldo Maciel, sobre o estado de conservação de rodovia do Estado de Minas Gerais; Brígido Tinoco, sobre agressão ao vereador Afonso Celso; Coutinho Cavalcanti, para o necrológio de Zorobabel Barreira; Euvaldo Lodi, sobre atividades do SESI; Armando Falcão sobre decisão do S.T.F. a respeito do diretor de "Última Hora"; José Guiomard sobre a campanha do Acre; Afonso Arinos sobre discurso do deputado Euvaldo Lodi a respeito do SESI; Dilermando Cruz, a respeito de requerimento de informações sem resposta; Parailio Borba, a respeito do momento político nacional; Osvaldo Orizo, sobre o Congresso de Previdência Social; Vieira Lins e Felix Valois também sobre o mesmo assunto; João Cabanas e Alberto

Bottino sobre o mesmo; Tenório Cavalcanti, sobre o momento político nacional; Herbert Levy sobre o inquérito de "Última Hora" e Felix Valois para críticas ao Governo.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 4 de agosto, os Senadores: Vivaldo Lima sobre a nomeação do Sr. Artur César Ferreira Reis para Superintendente da Comissão de Valorização Econômica da Amazônia; Onofre Gomes sobre mensagem dirigida ao Senhor Presidente da República pela classe dos bancários cearenses; Mozart Lago acerca de problemas atinentes à Previdência Social; Kerginaldo Cavalcanti sobre o projeto que dispõe acerca da situação dos jornalistas.

Na sessão noturna, da mesma data falaram os Senadores Mozart Lago sobre o transcurso do aniversário da Gazeta de Notícias e Kerginaldo Cavalcanti acerca do projeto que define a condição dos jornalistas.

Falaram, na sessão de 5 de agosto o Sr. Landulfo Alves sobre apreciações do "New York Times" acerca de assuntos da política brasileira e o Senador Domingos Velasco sobre a questão sindical.

Falaram, na sessão de 6 de agosto os Senadores: Napoléon Guimaraes acerca do projeto relativo à criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Ferreira de Sousa sobre decisão do Supremo Tribunal Federal.

Falaram, na sessão de 7 de agosto, os Senadores: Hamilton Nogueira acerca das medidas de segurança solicitadas pelo Poder Executivo e Ivo de Aquino sobre o projeto que regulamenta as funções dos extranumerários.

Foi publicado o discurso do Senador Othon Mader, pronunciado na sessão de 6 de agosto a respeito da 36.ª Conferência Internacional do Trabalho, da qual éle participou como representante observador do Senado.

REQUERIMENTOS e INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as seguintes informações: da Presidência da República, sobre a Fundação Brasil Central; do Ministério da Viação e Obras Públicas sobre o D.C.T.; do Ministério da Marinha, sobre carga transportada por navio da Marinha de Guerra (D. C. 4.8., pág. 40).

Lidas, na hora de expediente da sessão de 4 de agosto as seguintes informações do Ministério do Trabalho, sobre projeto que estende aos trabalhadores das indústrias siderúrgicas, químicas, de explosivos e munições os benefícios do decreto-lei n. 5.452; do mesmo, sobre matéria paga distribuída pelo I.A.P.I. a "Última Hora"; do Ministério da Fazenda sobre a carteira de câmbio do Banco do Brasil; do mesmo, sobre a situação funcional dos Conselheiros das Caixas Econômicas Federais; do mesmo, sobre repartições do Ministério, responsáveis pela arrecadação em todo o país; e do Ministério do Trabalho, sobre projeto que cria Conselhos Federal e Regional de Química (D. C. 5.8., pág. 73).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Justiça, solicitando a audiência dos Ministérios Militares para o projeto que equipara ao pessoal extranumerário da União, o pessoal admitido e pago por economias administrativas; da mesma, solicitando a audiência do E.M.F.A. para projeto de lei que dispõe sobre promoção ao posto imediato de militares integrantes da F.E.B., que completaram certos cursos; da mesma, solicitando a audiência do Conselho Nacional de Economia e do Ministério da Fazenda para projeto que concede isenção de direitos de importação para materiais importados por determinada firma; da mesma, solicitando ao Ministério da Fazenda cópia do contrato sobre exploração da Loteria Federal; da mesma, solicitando audiência do M.T.I.C. para projeto que autoriza criação de hospitais nas cidades que especifica; da mesma, solicitando audiência para o projeto que dispõe sobre a polícia marítima, aérea e de fronteiras; da mesma, sobre audiência do mesmo Ministério para projeto que

dispõe sobre as contribuições em atraso devidas pelas empresas de navegação aéreas às instituições de previdência social; da Comissão de Economia, solicitando audiência do Ministério da Fazenda para que informe sobre se existe "dumping" na indústria do chumbo; da mesma, solicitando informações ao Ministério da Agricultura sobre equipamento adquirido para a fábrica do chamado "líquido Arantes"; da mesma, para rejeitar pedido de informação ao Ministério da Agricultura sobre plano de armazéns, silos e frigoríficos; da mesma, sobre audiência do C.M.M. e o D.N.P.A. para projeto que autoriza abertura de crédito especial para criação de agências postais; da mesma, solicitando audiência do Ministério da Fazenda para o projeto que cria coletoria federal em Afuá, Pará; do Deputado Alcides Lage, sobre equivalência de cursos mantidos por Escolas Militares; do Deputado Aliomar Baleeiro, sobre fornecimentos à Estrada de Ferro Central do Brasil; e do Deputado Antunes Oliveira, sobre venda de embarcações do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará (D. C. 5.8., pág. 86).

Recebidas as seguintes informações: do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre o plano de economia elaborado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagens; do mesmo, sobre o fornecimento de vagões preferenciais para exportação de madeira; do mesmo sobre matéria paga pela E.F.C.B. a "Última Hora"; e do Ministério do Trabalho, sobre pagamento de abono familiar (D. C. 6.8., pág. 123).

Deferidos os seguintes requerimentos: da Comissão de Educação, solicitando a audiência do M.E.C. para o projeto que permite a matrícula simultânea em mais de um curso universitário; da mesma, sobre o mesmo para o projeto que estabelece obrigatoriedade do ensino de puericultura nas escolas femininas; da Comissão de Finanças, sobre audiência dos Ministérios Militares para o projeto que autoriza abertura de crédito especial para restauração do Convento de Itanhaém; da mesma solicitando audiência dos mesmos para projeto que concede aos militares o direito de residirem em próprio nacional durante os cursos regulamentares (D. C. 6.8., pág. 136). Deferida, também, a audiência da Comissão Economia para os projetos que dispõem sobre a taxa de câmbio em que devam ser processados os pagamentos a servidores no exterior; e sobre abertura de crédito para os postos agropecuários no Rio Grande do Sul (D. C. 6.8., pág. 142).

Deferidos os seguintes requerimentos: do Deputado Tarso Dutra, sobre o motivo porque ainda não foi paga pelo Ministério da Fazenda importância devida à Associação das damas de Caridade de Itaqui, R.S.; do Deputado Benedito Vas sobre trabalhos executados pelo Governo Federal em Colônia Agrícola Nacional de Goiás; do Deputado Ferreira Martins, sobre a execução do contrato relativo ao financiamento especial das lavouras cafeeiras da Fazenda; do mesmo, sobre o mesmo assunto; do Deputado Tenório Cavalcanti, sobre depósitos feitos por autarquias no Banco Moreira Sales S.A., contra ordem expressa do Presidente da República; do Deputado Tarso Dutra, sobre o andamento de processo no Ministério da Fazenda em que é interessado o Oficial Administrativo Francisco Petrucci; do Deputado Armando Falcão, sobre débitos fiscais da família Matarazzo, desde 1950; do mesmo sobre anulação, pelo Governo do Território do Acre, de decretos relativos à criação de cargos na Guarda Territorial; do Deputado Antunes de Oliveira, sobre a venda ou cessão a terceiros de 2.000 trolis pertencentes ao almoxa-

rifado de Val-de-Cans, que constituem parte do acervo da antiga "Amazon River", do Pará; da Comissão de Finanças, sobre contribuintes do I.P.A.S.E. (D. C. 7.8.; pág. 171).

Lidas as seguintes informações: do Ministério da Fazenda, sobre terras administradas pelo Convento do Carmo, em Guaratiba; importação de carros de corrida marca "Ferrari"; pagamento de vantagens a servidores da R.V.P.S.C.; aquisição de títulos da dívida pública, realizada em Londres; do Ministério do Trabalho, sobre abono de emergência na C.A.P. dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil; do Ministério da Justiça, sobre pessoal do Território do Rio Branco; do Ministério da Viação, sobre pagamento de adicionais a funcionários do D.C.T.; do Ministério da Educação sobre projeto de lei que cria Conselhos de Química; e do Conselho Nacional de Economia, sobre projeto que concede isenção de direitos a determinada firma (D. C. 8.8., págs. 189-91).

No Senado Federal

Recebidas as informações do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, referentes ao requerimento do Senador Mozart Lago acerca da tomada de contas do administrador responsável pelo I.P.A.S.E., no exercício de 1951.

Foi aprovado o requerimento em que se levanta a sessão pelo falecimento do Deputado José Gaudêncio Corrêa de Queiroz. No encaminhamento da votação falaram os Senadores: Ruy Carneiro, Ferreira de Souza, Dario Cardoso, Novais Filho, Mozart Lago, Ezequias da Rocha, Domingos Velasco e Melo Viana.

Recebidas as informações do Ministro da Fazenda a respeito de requerimento do Senador Alencastro Guimarães acerca da arrecadação destinada ao Banco de Desenvolvimento Econômico e de quanto montou o adicional de 15% sobre o Imposto de Renda.

Requeridas ao Ministro do Trabalho, pelo Senador Vitorino Freire, informações referentes ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários.

Recebidas as seguintes informações pedidas pelo Senador Mozart Lago: a) da Prefeitura do Distrito Federal sobre o aumento do imposto de licença para localização de tinturaria e lavanderia; b) da Prefeitura do Distrito Federal sobre acordãos proferidos pelo Conselho de Terras da União; e c) do I.P.A.S.E. acerca de operações de empréstimo encerradas temporariamente.

Requerido um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Guaraci Silveira. Falaram, no encaminhamento os Senadores Mozart Lago, Alvaro Adolfo, Hamilton Nogueira e Domingos Velasco.

Recebidas as informações do M.V.O.P. e da Prefeitura do Distrito Federal aos requerimentos do Senador Mozart Lago, acerca do inquérito mandado instaurar para apurar desacato sofrido por ilustre representante da Nação por parte do Chefe da Agência Postal Telegráfica de Copacabana e ao contrato da Companhia Telefônica Brasileira, respectivamente.

Foi requerida urgência ao projeto de lei do Senado que elabora o programa de consumo da barracha do país. Durante o debate para encaminhar a votação falou o Senador Ferreira de Souza.